

Instruções gerais: Em cada projeto coletivo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, a serem objeto de sorteio, na fase da prova oral do Processo Seletivo. As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e os estudos da/o candidata/o ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1
PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

P-01 - PROJETO COLETIVO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Funções do Direito Penal.
- 3) Unidade e pluralidade de crimes; concurso de crimes e de normas.
- 4) Teorias da ação e modelos teóricos de delito: evolução e debate contemporâneo.
- 5) Causalidade e imputação objetiva nos crimes comissivos e omissivos.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 8) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 9) Funções da pena e sua aplicação.
- 10) Responsabilidade e imputação em delitos empresariais

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito penal brasileiro. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I.,2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Da consciência da Ilícitude no Direito Penal Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

____. Novo estudo sobre a consciência da ilicitude. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2019.

ESTELITA, Heloisa. Responsabilidade penal de dirigentes de empresas por omissão. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão; teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GALVÃO, Fernando. Direito Penal: parte geral. 17a ed. Belo Horizonte: D'Placido, 2024.

____. Teoria do crime da pessoa jurídica: proposta de alteração do PLS 236. Belo Horizonte: D'Placido, 2020.

GRECO, Luís. Problemas de causalidade e imputação objetiva nos crimes omissivos impróprios. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

HORTA, Frederico Gomes de Almeida. Do concurso aparente de normas penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

____. Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

RAMACCI, Fabrizio. Corso di diritto penale. 5a. ed., Torino: Giappicchelli, 2007

ROXIN, Claus. Derecho Penal; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Diaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. Escritos de direito penal. 2a. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

____. Dos tipos plurissubjetivos. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

____. Do sujeito ativo; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. SANTOS, Juarez Cirino dos. A moderna teoria do fato punível. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A moderna teoria do fato punível. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

____. Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

P-02 - PROJETO COLETIVO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Referências temáticas

- 1) Direito Internacional Pós-Moderno: Nova Ordem Internacional (aspectos políticos, econômicos e do Comércio Internacional); Teorias de Direito e Relações Internacionais; A Sociedade Internacional e o Direito Internacional; Conceito e Fontes do Direito Internacional Contemporâneo; Governança Global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; interpretação; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas; extinção; apreciação no sistema brasileiro.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
- 4) Organizações Internacionais: Teoria Geral das Organizações Internacionais (conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas). Organização das Nações Unidas – ONU. Organizações Americanas, Europeias, Asiáticas e Africanas.
- 5) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais; atribuição; violação de obrigação internacional; excludentes de ilicitude; reparação e contramedidas; proteção diplomática e funcional; Estados, Organizações Internacionais e a Responsabilidade de Proteger.
- 6) Direito Internacional Europeu: União Europeia – UE (processo de integração, instituições; tratados comunitários); Direito da União Europeia (princípios jurídicos comunitários, regras processuais; principais julgados); Outras Organizações Internacionais Europeias.
- 7) Direito Internacional na América Latina: América Latina – contexto, história e relações internacionais. Sistema Interamericano e Direito internacional; Organizações Internacionais Americanas. Princípios Gerais do Direito Latino-Americano.
- 8) Direito Internacional dos Direitos Humanos: individualidade, universalidade e extensão dos Direitos Humanos; padrões internacionais de implementação Direitos Humanos; ONU e Direitos Humanos; Conselho da Europa e a Corte Europeia de Direitos Humanos; OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Organização da Unidade Africana - OUA e a Carta Africana de Direitos do Homem; Direitos Humanos na Ásia; Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional; ONGs, Empresas Transnacionais e Direitos Humanos.
- 9) Direito Internacional Econômico: Globalização, Integração Regional e redefinição do conceito de Soberania. Organização Mundial do Comércio – OMC (processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; Rodada de Doha); Instituições Financeiras Internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco do BRICS); Propriedade Intelectual. Direito Internacional Ambiental.
- 10) A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do Direito Internacional Contemporâneo: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC; expansão, coexistência e diálogo dos múltiplos tribunais internacionais.

Referências bibliográficas

Referências Bibliográficas Principais:

AMERASINGHE, C. F. Principles of institutional law of international organizations. 2 nd . Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ANGHIE, Antony. Imperialism, sovereignty, and the making of international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

CASELLA, Paulo Borba. Fundamentos do direito internacional pós-moderno. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CHIMNI, B. S. International law and world order: a critique of contemporary approaches. 2 nd . ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. International law from below: development, social movements and third world resistance. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. 6ª Ed. Belo Horizonte: Arraes, 2023.

Referências Bibliográficas Complementares:

AUST, Anthony. Handbook of international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BAXI, Upendra. The Future of human rights. 3 rd . ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BIANCHI, Andrea. International law theories: an inquiry into different ways of thinking. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Teoria geral do direito internacional público. Vol. 1. Belo Horizonte: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

CHEN, Lung-Chu. An introduction to contemporary international law. 3 rd . ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CRAIG, Paul; DE BÚRCA, Gráinne. EU Law: text, cases and materials. 5 th . ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CRAWFORD, James R. Brownlie's principles of public international law. 8 th . Ed. Oxford: Oxford

University Press, 2012.

DE SCHUTTER, Olivier. *International human rights law: cases, materials, commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JACKSON, John J. *Sovereignty, the WTO, and changing fundamentals on international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FITZMAURICE, Malgosia. WONG, Megan S. CRAMPIN, Joseph. *International environmental law: text, cases, and materials*. Cheltenham: Edward Elgar, 2022.

GARDINER, Richard. *Treaty interpretation*. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

GUZMAN, Andrew T.; SYKES, Alan O. *Research handbook in international economic law*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

HERDEGEN, Mathias. *Principles of international economic law*. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

HURD, Ian. *International organizations: politics, law, practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *Teoria do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2023.

MARTÍN, Araceli Mangas. NOGUERAS, Diego J. Liñan. *Instituciones y derecho de la union europea*. Madrid: Tecnos, 2017.

MENEZES, Wagner. *Direito internacional na américa latina*. Curitiba: Juruá, 2007.

MENEZES, Wagner (org). *Direito internacional e decolonialismo*. Belo Horizonte: Arraes, 2024.

OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto; SILVA, Roberto Luiz. *Manual de direito processual internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

PAHUJA, Sundhya. *Decolonising international law: development, economic growth and the politics of universality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PEREIRA, Antônio Alves Celso (coord). *A Expansão sistêmica do direito internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2023.

RIDRUEJO, José A. Pastor. *Curso de derecho internacional público y organizaciones internacionales*.

Madrid: Tecnos, 2014.

SCHERMES, Henry. BLOKKER. Niels. International institutional law. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

SEYERSTED, Finn. Common law of international organizations. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. The Law of international organizations: problems and materials. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.

SHAW, Malcolm. International law. 9 TH . ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

STEINER, Josephine. WOODS, Lorna. EU Law. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os Tribunais internacionais e a realização da justiça. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

P-03 - PROJETO COLETIVO TEORIA E PRÁTICA DO DIREITO, DAS ORGANIZAÇÕES E DAS CORTES INTERNACIONAIS

Referências Temáticas

- 1) Comparative International Law e Foreign Relations Law
- 2) Formação do costume internacional e sua identificação.
- 3) Tratados internacionais e sua aplicação e interpretação.
- 4) Aplicação do direito internacional no ordenamento brasileiro.
- 5) Decisões de Tribunais Internacionais e seu valor como precedente.
- 6) Responsabilidade Internacional dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 7) Direito Internacional Diplomático e Consular.
- 8) Direito Internacional Ambiental.
- 9) Imunidade dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 10) A proteção internacional e regional dos Direitos Humanos

Referências Bibliográficas

ROBERTS, Anthea; STEPHAN, Paul B.; VERDIER, Pierre-Hugues; VERSTEEG, Mila. Conceptualizing Comparative International Law. In: ROBERTS, Anthea; STEPHAN, Paul B.; VERDIER, Pierre-Hugues; VERSTEEG, Mila (Orgs.). Comparative International Law. Oxford: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3139978>

BRADLEY, Curtis. What Is Foreign Relations Law? In: BRADLEY, Curtis A. (Org.). The Oxford Handbook of Comparative Foreign Relations Law. Oxford: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2960694>.

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Conclusões sobre a identificação do direito internacional costumeiro com comentários. Nova Iorque: Nações Unidas, 2018. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1_13_2018.pdf

CONDORELLI, Luigi. Fontes do Direito Internacional. In: RAMINA, Larissa; FRIEDRICH, Tatyana. Coleção Direito Internacional Multifacetado. Volume VI. Curitiba, Juruá, 2014. Tradução: Lucas Carlos Lima. Disponível em: https://www.academia.edu/43356560/Fontes_do_Direito_Internacional_Luigi_Condorelli

SALIBA, Aziz Tuffi. Direito dos Tratados: Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Belo Horizonte: Arraes, 2011.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. A construção do direito internacional público pelas Constituições brasileiras. Cadernos de Política Exterior, v. 11, p. 101-126, 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1199>

LIMA, Lucas Carlos. As decisões de tribunais internacionais e a ciência do Direito Internacional. In: Diego Nunes; Lucas Carlos Lima. (Org.). História da Cultura Jurídica & Ordenamento Jurídico Internacional. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. , p. 217-240. Disponível em: https://www.academia.edu/120280353/As_decis%C3%B5es_de_tribunais_internacionais_e_a_ci%C3%Aancia_do_Direito_Internacional

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. Nova Iorque: Nações Unidas, 2001. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_6_2001.pdf

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Draft Articles on the Responsibility of International Organizations, with commentaries. Nova Iorque: Nações Unidas, 2011. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_11_2011.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. 1961. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf.

BODANSKY, Daniel, What is International Environmental Law?. THE ART AND CRAFT OF INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW, Harvard University Press, 2009, UGA Legal Studies Research Paper No. 09-012, Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1448809>

LIMA, Lucas Carlos; SALIBA, Aziz Tuffi. The Immunity Saga Reaches Latin America. The Changrila Case. EjiTalk, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/the-immunity-saga-reaches-latin-america-the-changri-la-case/>;

MADSEN, Mikael Rask; HUNEEUS, Alexandra. Between Universalism and Regional Law and Politics: A Comparative History of the American, European and African Human Rights Systems. International Journal of Constitutional Law, Volume 16, 2018, pp. 136-160. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/16/1/136/4995560>

Para o estudo das referências temáticas também em manuais, sugere-se o estudo dos pontos em qualquer manual atualizado de direito internacional, incluindo:

KLABBERS, Jan. International Law. Cambridge University Press, 2020; SHAW, Malcom. International law. Cambridge: Cambridge University Press; DO AMARAL Jr, Alberto. Curso de Direito Internacional Público. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

P-04 - PROJETO COLETIVO DIREITO ADMINISTRATIVO: ENTRE A TRADIÇÃO E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais e regimes jurídicos público e privado na Administração Pública.
- 2) Organização administrativa.
- 3) Regimes jurídicos de pessoal na Administração Pública.
- 4) Ato administrativo e processo administrativo.
- 5) Contratualização e parcerias da Administração Pública.
- 6) Prestação de serviços públicos e intervenção no domínio econômico.
- 7) Intervenção do Estado na propriedade privada.
- 8) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- 9) Controle da Administração Pública.
- 10) Consensualidade, segurança jurídica e resolução de conflitos na Administração Pública.

Referências bibliográficas

Manuais de base:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 37 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 37 ed. São Paulo: Atlas, 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BAPTISTA, Patrícia. Transformações do direito administrativo. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BITENCOURT NETO, Eurico. Concertação administrativa interorgânica: Direito Administrativo e Organização no Século XXI. São Paulo: Almedina, 2017. Parte I.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Direito administrativo pós-moderno. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. Capítulos 1, 4, 5 e 7.

FERRAZ, Luciano. Controle e consensualidade: fundamentos para o Controle Consensual da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FERRAZ, Luciano. MARRARA, Thiago. Direito Administrativo dos Bens e Restrições Estatais à Propriedade. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2019.

FORTINI, Cristiana; PIRES, Maria Fernanda Veloso; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa; CAVALCANTI, Caio Mário Lana. Processo Administrativo: comentários à Lei nº 9.784/1999. 4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. La teoría general del derecho administrativo como sistema. Madrid: INAP - Marcial Pons, 2003.

P-05 - PROJETO COLETIVO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Referências temáticas

- 1) Estado Regulador na Constituição de 1988: Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentidos amplo e estrito.
- 2) Relações entre Estado e Empresas. Lei de Liberdade Econômica.
- 3) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspectos subjetivo e objetivo. Estado como acionista: Empresas controladas e Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos: Regimes jurídicos.
- 4) Participação do Estado na atividade empresarial: Regimes de monopólio, privilégio e competição. Poder concedente dos serviços públicos. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Distinções dos regimes jurídicos do usuário e do consumidor: distinções. Regimes jurídicos das concessões em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas).
- 5) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 6) Direito Econômico e Administrativo Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção): Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11.
- 7) Combate à Corrupção: elementos fundamentais. Fundamentos e sentido jurídico e econômico do combate à corrupção. Métodos jurídicos de prevenção, investigação e repressão. Experiência internacional: direito anticorrupção comparado.
- 8) Programas de conformidade: requisitos, necessidades e finalidades. Efeitos jurídicos e econômicos na adoção de programas de conformidade. Debates sobre estratégias públicas e privadas com relação aos programas de conformidade. Perspectivas comparadas.
- 9) Programas de leniência: conceito. Programas de leniência no ordenamento brasileiro e seus diferentes regramentos, requisitos e consequências jurídicas. Debates sobre efetividade de programas de leniência.
- 10) Administração Pública e meios adequados de solução de controvérsias: mediação, arbitragem e *dispute boards*.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago (Coord.). Lei Anticorrupção comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. O Emprego de Tecnologias e Inovações no Combate à Corrupção. In: PARENTONI, Leonardo. Direito, Tecnologia e Inovação, v. I. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, pp. 589 a 614.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. Sistema Anticorrupção e Empresa. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

FORTINI, Cristiana; DE FARIA, Edmur Ferreira. Os contornos do acordo de leniência após a Medida Provisória nº 703/15: promessa de sucesso ou cenário de incertezas? DUC IN ALTUM-CADERNOS DE DIREITO, v. 8, n. 14, 2016.

FORTINI, Cristiana (Coord.). Corrupção de Seus Múltiplos Enfoques Jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

FORTINI, Cristiana. Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p.

FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2016.

FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho;Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

FORTINI, Cristiana; SCHRAMM, Fernanda Santos. Direito Premial e os incentivos à integridade na Administração indireta. In: ZENKNER; Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 35-51, ISBN 978-85-450-0740-1.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2018.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Governança corporativa e medidas preventivas contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da Lei nº 13.303/2016. Revista de Direito da Administração Pública, Universidade Federal Fluminense, ISSN 24472042, ano 2, vol. 2, n. 1, p. 176-187, jan./jun. 2016.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Lei anticorrupção empresarial: os riscos na sua regulamentação e implementação. In: DIAS, Maria Tereza Fonseca; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, v. 2, p. 161-184.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Shermam Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

FORTINI, Cristiana et DANIEL, Felipe Alexandre Santa Anna Mucci. A Nova Administração Pública por Contratos e o surgimento dos Dispute Boards no Brasil. In: Revista de Contratos Públicos, n. 26, pp. 145/178, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). Direito e administração pública I. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175-200.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos In: Políticas públicas: planejamento e sustentabilidade. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 10-26.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

VERÍSSIMO, Carla. Compliance – Incentivo à Adoção de Medidas Anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2018.

P-06 - PROJETO COLETIVO INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA

Referências temáticas

- 1) Law and Development: Fundamental concepts. Determinants of Development. Institutional Theories of Development. Comparative Law and Development.
- 2) Law and Development Reform Strategies: Mechanism Design and Institutional Bypasses.
- 3) The Rule of Law and Development: Legal and Economic Perspectives.
- 4) Law, Development and Politics: Political Institutions and Regimes. Ethnic Conflict and Development. Gender equality policies and Development. Comparative Law perspectives.
- 5) Law, Development and Public Administration. Anti-corruption Institutions and Policies. Evolution of Anti-corruption Institutions. Comparative Law perspectives in Public Administration and Anti-corruption.
- 6) Law, Development and State Intervention: State-owned Enterprises, Privatization and Public-private Partnership. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 7) Law, Development and International Institutions: International Trade, Foreign Direct Investment and Foreign Aid. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 8) Law, Development and Regulation: Comparative studies for regulation institutions. The case for Energy Regulation.
- 9) Law, Development and Innovation. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 10) Competition Law and Transnational Regulatory Networks. Design of Antitrust Authority from a Brazilian Comparative Perspective. Diffusion and Transplantations of Antitrust Law.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. HANDBOOK OF ECONOMIC GROWTH, v. 1, p. 385-472, 2005.

BELLANTUONO, Giuseppe. Brazil and the EU in Transnational Energy Governance. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, p. 147-194, 2017.

BELLANTUONO, Giuseppe. Comparative Law for What Kind of Development? (November 8, 2018). G. Bellantuono and F. Lara (eds.), LEGAL CONVERSATIONS BETWEEN ITALY AND BRAZIL, Editoriale Scientifica, 2018, p. 189-229.

BELLANTUONO, Giuseppe. Comparing Contexts: Technical Standards and Contract Law (November 13, 2018). F. Di Ciommo and O. Troiano (eds.). GIURISPRUDENZA E AUTORITÀ INDIPENDENTI NELL'EPOCA DEL DIRITTO LIQUIDO - STUDI IN ONORE DI ROBERTO PARDOLESI, La Tribuna, 2018, p. 235-257.

BELLANTUONO, Giuseppe. Contract Law and Regulation. Handbook of Comparative Contract Law, Elgar Publishing, 2015.

BELLANTUONO, Giuseppe. Legal Pathways of Decarbonisation in the EU: The Case of Coal Phase-Out. OIL, GAS AND ENERGY LAW INTELLIGENCE, v. 17, n. 3, 2019.

BELLANTUONO, Giuseppe. The misguided quest for regulatory stability in the renewable energy sector. THE JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW & BUSINESS, v. 10, n. 4, p. 274-292, 2017.

CÔRTEZ, Pâmela de Rezende; LARA, Fabiano Teodoro; OLIVEIRA, André Matos de Almeida. Políticas Públicas Baseadas em evidências comportamentais - reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 8, p. 429-454, 2018.

HALLIDAY, Terence C.; SHAFFER, Gregory (Ed.). TRANSNATIONAL LEGAL ORDERS. Cambridge University Press, 2015.

LARA, Fabiano and Luz, Reinaldo, Leniency Program in the Anti-Corruption Law (August 23, 2018). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3237825>.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL. 2ed.São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM PELA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppo. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos. POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE. Cristiana Fortini Pinto e Silva, Jamile Bergamaschine Mata Diz e Márcio Luís de Oliveira (Org.) Arraes Editores, 2018.

LARA, Fabiano Teodoro. Development and The Rule Of Law: a comparative study. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, v. BI, p. 73, 2017.

MERLONI, Francesco et al. Il whistleblowing in Italia, a cura di Anna Corrado. In: CORRUPTION AND PUBLIC ADMINISTRATION: THE ITALIAN CASE IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE. Chicago: ANAC, 2019. p. ix-ix.

PRADO, Mariana Mota, and Michael J. Trebilcock. INSTITUTIONAL BYPASSES: A STRATEGY TO PROMOTE REFORMS FOR DEVELOPMENT. Cambridge University Press, 2018.

PRADO, Mariana Mota. "Institutional Bypasses in Brazil: Overcoming Ex-Ante Resistance to Institutional Reforms." In LAW AND POLICY IN LATIN AMERICA, pp. 113-128. Palgrave Macmillan, London, 2017.

PRADO, Mariana Mota. The challenges and risks of creating independent regulatory agencies: a

cautionary tale from Brazil. *VANDERBILT JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW*, v. 41, p. 435, 2008.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The Concept of an International Institutional Bypass. *AJIL UNBOUND*, v. 111, p. 231-235, 2017.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The promises and perils of international institutional bypasses: defining a new concept and its policy implications for global governance. *TRANSNATIONAL LEGAL THEORY*, v. 10, n. 3-4, p. 275-294, 2019.

PRADO, Mariana; TREBILCOCK, Michael. Path dependence, development, and the dynamics of institutional reform. *UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL*, v. 59, n. 3, p. 341-380, 2009.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Corrupción y competencia. *REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA*, v. 18, n. 1-2, p. 43-51, 2019.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. *CORRUPTION AND GOVERNMENT: CAUSES, CONSEQUENCES, AND REFORM*. Cambridge university press, 2016.

SHAFFER, Gregory. Transnational legal process and state change. *LAW & SOCIAL INQUIRY*, v. 37, n. 2, p. 229-264, 2012.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *ADVANCED INTRODUCTION TO LAW AND DEVELOPMENT*. Edward Elgar Publishing, 2014.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *DERECHO Y DESARROLLO: GUÍA FUNDAMENTAL PARA ENTENDER POR QUÉ EL DESARROLLO SOCIAL Y ECONÓMICO DEPENDE DE INSTITUCIONES DE CALIDAD*. Siglo XXI Editores, 2019.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *WHAT MAKES POOR COUNTRIES POOR?: INSTITUTIONAL DETERMINANTS OF DEVELOPMENT*. Edward Elgar Publishing, 2011.

P-07 - PROJETO COLETIVO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: NEGÓCIOS, REGULAÇÃO E REPRESSÃO CRIMINAL E ADMINISTRATIVO-SANCIONADORA

Referências temáticas

- 1) Objetivos do Estado brasileiro para regular os mercados bancário e de valores mobiliários.
- 2) A qualificação de banco reservada ao modo peculiar de realização da intermediação financeira. O conceito de instituição financeira na Lei 7.492/86.
- 3) O conceito de bem jurídico para o direito penal e sua distinção de meras funções administrativas.
- 4) A flexibilização da regulação do mercado de valores mobiliários brasileiro por meio da adoção do crowdfunding de investimento.
- 5) Estrutura do mercado de capitais e sua tutela penal.
- 6) O controle do Estado sobre a emissão e a circulação de moeda soberana. Os crimes de moeda falsa.
- 7) A atuação concorrente da instituição de pagamento com os bancos comerciais: uma opção regulatória associada a novas tecnologias e indícios de benefícios à população brasileira.
- 8) A regulação estatal de agentes atuantes no mercado de crédito, não integrantes do Sistema Financeiro Nacional por meio da intervenção penal: o caso empresa simples de crédito – ESC.
- 9) Princípios do Direito Administrativo Sancionador. O Marco Legal Punitivo a cargo do Banco Central do Brasil.
- 10) Crimes em espécie contra o Sistema Financeiro Nacional.

Referências Bibliográficas

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Bem jurídico e criminalidade em espécie econômica: uma abordagem sob a perspectiva da teoria pessoal do bem jurídico. In: (org.). Criminalidade econômica em debate. Porto Alegre: Núria Fabris, 2018.

_____. NEVES, Rubia Carneiro. Empresa Simples de Crédito, Intervenção penal e as Teorias de Winfried Hassemer e Juarez Tavares. Revista Justiça do Direito. v. 35, n. 2, 2021, p. 62-94.

DINIZ, Davi Monteiro. NEVES, Rubia Carneiro. Do controle público da moeda: a criação do Federal Reserve System dos EUA em 1913. In: (Coord.) SANTIAGO, Marcus Firmino. TOLEDO, Cláudia Mansani Queda De. Transformações na ordem social e econômica e regulação. Florianópolis: CONPEDI, 2019. Disponível em https://www.academia.edu/41494263/DO_CONTROLE_P%C3%A9BLICO_DA_MOEDA_E_DO_CR%C3%89DITO_A_CRIA%C3%87%C3%83O_DO_UNITED_STATES_FEDERAL_RESERVE_SYSTEM_EM_1913. Acesso em 02 mar. 2022.

_____. NEVES, Rubia Carneiro. SILVA, Leila Bitencourt. A atuação concorrente da

instituição de pagamento com os bancos comerciais: uma opção regulatória associada a novas tecnologias e indícios de benefícios à população brasileira. . In: (Coord.) NEVES, Rubia Carneiro. *Novas Fronteiras do Sistema Financeiro Nacional* v. 1. Belo Horizonte: Expert, 2022. Disponível em <<https://experteditora.com.br/novas-fronteiras-do-sistema-financeiro-nacional-v-1/>>. Acesso em 04 mai. 2023.

NEVES, Rubia Carneiro et al. Pontuais alterações na estrutura do SPB para implantar o SPI/Pix e seus benefícios para a população. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 15, n. 1, Out. 2021. p. 32-45. Disponível em <<https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1102>>. Acesso em 02 mar. 2022.

_____ et al. Um exercício de verificação da observância dos objetivos estatais para regular os mercados bancário e de valores mobiliários em normas do CMN e da CVM. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 14, n. 2, Dez. 2020. p. 116-135. Disponível em <<https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/download/1081/60/1162>>. Acesso em 02 mar. 2022.

_____. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul./dez. 2018.

_____ ; RAGIL, Rodrigo Rocha Feres. O crowdfunding de investimento em números no Brasil e a perspectiva de ampliação de seu acesso à população brasileira. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 15, n. 2, dez. 2021, p. 49-80. Disponível em <<https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1127>>. Acesso em 02 mar. 2022.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. BONSERE, Silvana Fátima Mezaroba. Processo Administrativo Sancionador do Banco Central. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 15, n. 1, Jun. 2021. p. 94-112. Disponível em <<https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1100>>. Acesso em 27 mar. 2022.

PRATES, Marcelo Madureira. Money in the Twenty-First Century: From Rusty Coins to Digital Currencies (February 8, 2021). *Ohio State Business Law Journal*, 15(1), 164-234. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=3781269>>. Acesso em 02 mar. 2022.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. ARRUY, Larissa Lancha Alves de Oliveira. Leardini, Flávia Guimarães. Crimes financeiros e contra o mercado de capitais: a reforma da Lei 13.506/17 e interseções entre regulação econômica, direito administrativo sancionador e direito penal. *Revista de direito penal econômico e compliance: Revista dos Tribunais*, v. 2, n. 5, p. 163-187, jan./mar. 2021.

P-08 - PROJETO COLETIVO: EMPRESA NO MERCADO

Referências temáticas

- 1) História do Direito Privado: formação do Direito Civil e do Direito Empresarial.
- 2) Interpretação contratual e colmatação de lacunas.
- 3) Métodos de aplicação da boa-fé no direito privado.
- 4) Empresas familiares e planejamento sucessório.
- 5) A sociedade limitada unipessoal.
- 6) O marco legal das startups na perspectiva do direito empresarial.
- 7) Empresa e direitos humanos: da Organização das Nações Unidas - ONU ao Brasil.
- 8) Mergers & Acquisitions: desafios no direito brasileiro.
- 9) Recuperação judicial de empresas: a reforma introduzida pela Lei 14.112/2020.
- 10) Mercado de Valores Mobiliários: Estrutura e Regulação.

Referências bibliográficas

CHAVES, Natália Cristina; FÉRES, Marcelo Andrade; PIMENTA, Eduardo Goulart coordenadores). 15 anos da Lei de Recuperação e Falência de Empresas: estudos jurídicos de acordo com a Lei 14.112/2020. Belo Horizonte: Expert, 2021.

FÉRES, Marcelo Andrade. A Tardia Disciplina da Limitada de Sócio Único no Código Civil: Alguns Antecedentes e Algumas Impressões Iniciais. In: Henrique Barbosa; Jorge Cesa Ferreira da Silva. (Org.). A Evolução do Direito Empresarial e Obrigacional: 18 Anos do Código Civil. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 361-388.

FÉRES, Marcelo Andrade. COELHO, F. U. (Org.). Empresa Familiar: Estudos Jurídicos. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

FÉRES, Marcelo Andrade. Empresa e Empresário: do Código Civil Italiano ao Novo Código Civil Brasileiro. In: Frederico Viana Rodrigues. (Org.). Direito de Empresa no Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 37-69.

GALGANO, Francesco. Storia del Diritto Commerciale. Bologna: Il Mulino, 1976.

KRAJEWSKI, Markus et al., Mandatory Human Rights Due Diligence in Germany and Norway: Stepping, or Striding, in the Same Direction? Business and Human Rights Journal (BHRJ). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3926360>; acesso em 23/01/2022.

LOPES, Christian Sahb Batista. Um diálogo por uma nova teoria dos contratos. In: Elena de Carvalho Gomes; Edgard Audomar Marx Neto; Marcelo Andrade Féres. (Org.). Estudos de Direito Privado Liber Amicorum para João Baptista Villela. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

PARGENDLER, Mariana. The Rise of International Corporate Law. European Corporate Governance Institute - Law Working Paper, 555/2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3728650>.

PIMENTA. Eduardo Goulart. Direito Societário. Expert Editora. Belo Horizonte. 2023. Download disponível em www.experteditora.com.br.

PIMENTA. Eduardo Goulart. Direito, Economia e Crise da Empresa. Expert Editora. Belo Horizonte. 2023. Dowload disponível em: www.experteditora.com.br.

SALOMÃO FILHO, Calixto. O novo Direito Societário: eficácia e sustentabilidade. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SOUZA, Ana Luisa da Gama et al. (coord.). Direitos humanos, paz, sustentabilidade e empresas globais: coletânea redhipas. Curitiba: Editora CRV, 2021.

VERSIANI, Fernanda Valle. Usufruto de participações societárias: uma visão de planejamento sucessório em direito de família. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

P-09 - PROJETO COLETIVO DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: ANÁLISE CIENTÍFICA E MULTIDISCIPLINAR DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Referências temáticas

- 1) Aplicações jurídicas de blockchain.
- 2) Big data e proteção de dados pessoais.
- 3) Documento eletrônico, comércio eletrônico, instrumentos públicos ou privados de investimento em inovação.
- 4) Infraestrutura das telecomunicações, design de redes, criptografia, certificação digital, provedores de serviços na internet, direitos fundamentais no ambiente online.
- 5) Inteligência Artificial: vantagens, riscos e desafios jurídicos. Internet das Coisas (IoT).
- 6) Estruturas de mercado, concorrência, moderação de conteúdo online e regulação de novas tecnologias.
- 7) Tecnologia e responsabilidade civil.
- 8) Personalidade, capacidade de direito, autonomia tecnológica e contratos.
- 9) Tecnologias disruptivas e Direito Societário.
- 10) O futuro da atividade jurídica.

Referências bibliográficas

ALCES, Peter A. *The Moral Conflict of Law and Neuroscience*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

ARTESE, Gustavo (Coord.). *Marco Civil da Internet: Análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BAMBARA, Joseph J.; ALLEN, Paul R. *Blockchain: A practical guide to developing business, law and technology solutions*. New York: McGraw-Hill Education, 2018.

BRYNJOLFSSON, Erik; McAfee, Andrew. *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: Norton & Company, 2016.

CHAVES, Natália Cristina; COLOMBI, Henry. *Direito e Tecnologia: novos modelos e tendências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/079tecnologia>>

_____. *Inteligência Artificial: os novos rumos da responsabilidade civil*. *Direito Civil Contemporâneo*, organização CONPEDI/ UMinho. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/pi88duoz/c3e18e5u/7M14BT72Q86shvFL.pdf>>.

FENWICK, Mark; MCCAHERY, Joseph A.; VERMEULEN, Erik P. M. *The end of corporate governance*:

Hello platform governance. European Corporate Governance Institute. Law working paper n. 430/2018. December 2018. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=3232663>.

HARPER, Steven J. The Lawyer Bubble: A Profession in Crisis. New York: Basic Books, 2016.

KAPLAN, Jerry. Artificial Intelligence: What everyone needs to know. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. Harvard Law Review. Cambridge: Harvard University Press, v. 113, n. 01, p. 501-546, Apr. 1999.

PARENTONI, Leonardo. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Brasileira: Uma visão otimista. Revista do Advogado. São Paulo: AASP, Ano XXXIX, n. 144, p. 209-219, nov. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337740878_Autoridade_Nacional_de_Protecao_de_Dados_Brasileira_Uma_visao_otimista_Brazilian_National_Data_Protection_Authority_An_optimistic_view>.

_____. Compartilhamento de dados pessoais e a figura do controlador. In: FRAZÃO, Ana; CUEVA, Ricardo Villas Bôas (Coord.). Compliance e Políticas de Proteção de Dados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351073596_Compartilhamento_de_Dados_Pessoais_e_a_Figura_do_Controlador_Personal_Data_Sharing_and_the_Role_of_the_Data_Controller>.

_____. Network Neutrality: Past, Present and Future of Internet. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, Número Especial – 2nd Conference Brazil-Italy, p. 195-244. 2017. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2865655>.

_____. O Direito ao Esquecimento (Right to Oblivion). In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III: Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). São Paulo: Quartier Latin, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299821661_O_Direito_ao_Esquecimento_Right_to_Oblivion>.

PARENTONI, Leonardo; CARDOSO, Renato César. Law, Technology and Innovation v. II: Insights on Artificial Intelligence and the Law. Belo Horizonte: Expert, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349143018_Law_Technology_and_Innovation_v_II_Insights_on_Artificial_Intelligence_and_the_Law>.

PARENTONI, Leonardo; GONTIJO, Bruno Miranda; LIMA, Henrique Cunha Souza. Direito, Tecnologia e Inovação. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

PARENTONI, Leonardo; MILAGRES, Marcelo de Oliveira; GRAAF, Jeroen van de. Direito, Tecnologia e

Inovação v. III: Aplicações Jurídicas de Blockchain. Belo Horizonte: Expert, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351250544_Direito_Tecnologia_e_Inovacao_v_III_Aplicacoes_Juridicas_de_Blockchain_Law_Technology_and_Innovation_v_III_Legal_Blockchain_Applications>.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito do Mercado Financeiro e de Crédito. Expert Editora. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.

_____. Direito Societário. Expert Editora. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.

_____. Estrutura jurídica da empresa na era digital. Expert Editora. Belo Horizonte. 2022. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.

SOLUM, Lawrence B. Legal Personhood for Artificial Intelligences. North Carolina Law Review. Chapel Hill: The University of North Carolina School of Law. v. 70, n. 04, p. 1.231-1.288, Apr. 1992.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação. Juiz de Fora: Editar, 2016.

STUCKE, Maurice E.; GRUNES, Allen P. Big Data and Competition Policy. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SUSSKIND, Richard. Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZORRILA, Maria Carmen Núñez. Inteligencia artificial y responsabilidad civil. Madrid: Reus, 2019.

P-10 - PROJETO COLETIVO JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA JURÍDICA

Referências temáticas

- 1) Justiça tributária e princípios constitucionais. 1.1) Princípio da legalidade. 1.2) Princípio da capacidade contributiva. 1.3) Princípio da isonomia: liberdade e igualdade. 1.4) O sobreprincípio da segurança jurídica.
- 2) Imunidades tributárias. 2.1) Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 2.2) Imunidades genéricas. 2.3) Imunidades específicas.
- 3) Tipos e conceitos no Direito Tributário. 3.1) O uso de conceitos para atribuição de competências tributárias. 3.2) O raciocínio tipológico e a questão da segurança jurídica. 3.3) Acórdãos do STF: análise crítica do modo de pensar conceitual e tipificante no Direito Tributário.
- 4) Conceito de tributo. 4.1) História da tributação. 4.2) Espécies tributárias. 4.3) Impactos da redirecionamento das receitas na constitucionalidade dos tributos. 4.4) As taxas e seu uso impróprio como substitutivas dos impostos.
- 5) Interpretação e aplicação da legislação tributária. 5.1) A interpretação como atividade reconstrutiva de sentido dos enunciados. 5.2) As regras do CTN. 5.3) A compatibilização do art. 111 do CTN com o princípio da igualdade.
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário. 6.1) Vinculação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. 6.2) Boa fé. 6.3) A transação como solução consensual no Direito Tributário.
- 7) Poder de Polícia Fiscal. 7.1) Conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. 7.2) Manifestações do poder de polícia fiscal e limites à atuação do Fisco. 7.3) Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. 7.4) Direito ao contraditório na fase fiscalizatória.
- 8) Sanções tributárias. 8.1) Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória. 8.2) O princípio da consunção e as multas fiscais. 8.3) Limites decorrentes dos princípios constitucionais (proporcionalidade e não confisco). 8.4) O uso das multas para submeter o contribuinte ao pagamento de dívidas em anistias: prejuízo para a segurança jurídica.
- 9) Tributação do consumo. 9.1) Não-cumulatividade. 9.2) O ICMS e a prestação de serviços. 9.3) Tributação na era digital: conflitos ISSQN x ICMS. 9.4) A tributação sobre a receita bruta. 9.5) A Reforma da tributação do consumo.
- 10) Tributação da renda. 10.1) Direito tributário e contabilidade. 10.2) Existe um conceito constitucional de renda? 10.3) A dupla tributação internacional e os mecanismos para evitá-la.
- 11) Federalismo Fiscal.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves ; MARINHO, M. . Do Federalismo de Cooperação ao Federalismo Canibal: a Lei Kandir e o desequilíbrio do pacto federativo. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA , v.

55, p. 157-180, 2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves ; MARINHO, Marina Soares . A DRU e a deformação do sistema tributário nacional nestes 30 anos de Constituição. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA , v. 55, p. 27-52, 2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. A Lei Kandir e a ofensa ao equilíbrio federativo. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais , v. 1, p. 449-480, 2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Manual de Direito Tributário. 2ª ed. Belo Horizonte: Casa do Direito/Letramento, 2025.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Poder de Polícia Fiscal. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Transações Administrativas. São Paulo: Quartier Latin.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço. Coimbra: Almedina.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, MISABEL DE ABREU MACHADO ; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de . Federalismo com princípio moral: novas tendências conceituais. In: DERZI, Misabel Abreu Machado; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MOREIRA, André Mendes. (Org.). Estado federal e tributação das origens à crise atual. 2ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019, v. 1, p. 449-467.

DERZI, MISABEL DE ABREU MACHADO ; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de . O princípio federativo e a igualdade: uma perspectiva crítica para o sistema jurídico brasileiro a partir da análise do modelo alemão. In: DERZI, Misabel Abreu Machado; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MENDES, André. (Org.). Estado federal e guerra fiscal no direito comparado. 2ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019, v. 2, p. 467-495.

DERZI, Misabel A. M. . Guerra Fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, Efeitos e Regressividade). Revista Jurídica da Presidência , v. 108, p. 39-64, 2014.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário, Direito Penal e Tipo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Os Conceitos Econômicos e Contábeis e sua Influência no Direito Tributário. Revista de Direito Tributário, v. 125, 2016, pp. 163-167.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Tipos e Conceitos. A incompatibilidade do modo de pensar por tipos e as regras de competência tributária constitucionais (federalismo, separação de poderes, segurança jurídica e direitos e garantias fundamentais). Disponível em: <https://sachacalmon.com.br/publicacoes/artigos/>

LOBATO, Valter de Souza; DERZI, Misabel de Abreu Machado . O Art. 111 do CTN: breves notas a respeito de um dispositivo mal resolvido. In: BERNARDES, Flávio Couto; MATA, Juselder Cordeiro da; LOBATO, Valter de Souza. (Org.). Abradt ? Homenagem ao Professor José Souto Maior Borges. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022, v. , p. 749-771.

MOREIRA, André Mendes. A Não-Cumulatividade dos Tributos. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. A Tributação dos Serviços de Comunicação. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

MOREIRA, André Mendes. O Federalismo Brasileiro e a Repartição de Receitas Tributárias. In: Estado Federal e Tributação: das origens à crise atual, v. 1. DERZI, Misabel; BATISTA JR., Onofre; MOREIRA, André (org). Belo Horizonte: Arraes, 2015, p. 151-170.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). Segurança Jurídica. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MOREIRA, André Mendes e MACHADO, Sophia Goreti Rocha. Conceito de Tributo e sua Divisão em Espécies. Revista Fórum de Dir. Tributário, no 76. Belo Horizonte: Fórum, jul./ago. 2015, pp. 71- 90.

RODRIGUES, Marianne D. S. Baker; SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Limites à imposição de indenização por danos morais coletivos correlatos à ilícitos tributários. In. SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Controvérsias atuais no Direito Tributário Sancionador. Belo Horizonte: Arraes, 2024, v. II, p. 19-44.

SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Direito tributário sancionador. São Paulo: Quartier Latin.

SILVA, Paulo Roberto Coimbra. O princípio da presunção de inocência e a presunção de culpa no Direito Tributário Sancionador. In. SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Princípios Gerais da Repressão e Princípios Tributários. Belo Horizonte: Arraes, 2024, v. I, p. 21-36.

P-11 - PROJETO COLETIVO DIREITO CONSTITUCIONAL, TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS PODERES, TENDO EM VISTA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA DEMOCRACIA

Referências temáticas

- 1) Hermenêutica, Hermenêutica Filosófica e Hermenêutica Constitucional. A atuação dos Tribunais Constitucionais frente a judicialização da política e das relações sociais. O Ativismo Judicial e suas Dimensões. Modelos de Comportamento Judicial. Modelos de Deliberação das Cortes. A Teoria da Integridade.
- 2) Jurisdição Constitucional e Democracia: A Tensão entre o Constitucionalismo e a Democracia. Constitucionalismo Político x Constitucionalismo Normativo. Constitucionalismo Popular, Constitucionalismo Popular Mediado e Constitucionalismo Democrático. Constitucionalismo Difuso e a Crítica ao Juriscentrismo.
- 3) A Jurisdição Constitucional e os Diálogos Constitucionais entre os Poderes. Entre a Supremacia Judicial e a Supremacia Legislativa. Superação Legislativa e o Efeito Backlash. A relação entre os Poderes. Supremocracia.
- 4) A Jurisdição Constitucional e os Diálogos Constitucionais entre os Poderes. O Constitucionalismo Democrático e o Presidencialismo. Hiperpresidencialismo na América Latina. Presidencialismo de Coalização. Momentos Desconstituintes.
- 5) A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais. Liberdade dos Antigos e a Liberdade dos Modernos. Liberdade de Expressão e o Discurso do ódio no Direito Comparado. As várias Concepções de Igualdade. Igualdade como Reconhecimento.
- 6) A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais. O Constitucionalismo Feminista. O Direito Antidiscriminatório. Os Direitos Sociais e o Constitucionalismo da Austeridade. Momentos Desconstituintes. Por uma Teoria Crítica da Constituição: A Constituição como Disputa.
- 7) O Supremo Tribunal Federal: entre o Direito e a Política. O STF e o Backlash. O STF e a opinião Pública. O STF e a Superação Legislativa. Ministrocracia. Supremocracia. Os modelos deliberativos e o STF. Comportamentos Judiciais e os Modelos decisórios no STF.

Referências Bibliográficas

BATEUP, Christine. The dialogic promise: assessing the normative potential of theories of constitutional dialogue. In: Brooklyn Law Review. Vol. 71, Issue 3, Article 1, p. 1109-1180, 2006.

BELLAMY, Richard. Political Constitutionalism. A Republican Defense of the Constitutionality of Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERCOVICI, Gilberto. Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo. 3ª. ed. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2020. Cap. 3.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 3ª. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2023.

DWORKIN Ronald. O Império do Direito. Editora: Martins Fontes, 3ª Edição, 2014.

FACHIN, Melina; BARBOSA QUEIROZ, Estefânia Maria de; PETER DA SILVA. Christiane Oliveira. Constitucionalismo Feminista: A proteção jurisdicional dos direitos das mulheres. Editora: Tirant Lo Blanch, Volume 3, 2023.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves; OLIVEIRA CATTONI, Marcelo Andrade, SULIVANN, Maurício. A Constituição e o passado, A Constituição e o futuro, A Constituição e o que não veio. Editora D Plácido, 2023.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodivm, 16ª Edição, 2024.

FRIEDMAN, Barry. The Politics of judicial review. In: Texas Law Review, vol. 84, nº 2, 2005.

GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de la Constitución: Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Editora. Katz Editores, 2015.

GOMES, Juliana Cesário Alvim. Por um Constitucionalismo Difuso: Cidadãos. Movimentos Sociais e o significado de Constituição. Editora juspodivm, 2ª Edição, 2020.

HOLMES, Stephen. Precommitment and the Paradox of Democracy. In: ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune. Constitutionalism and Democracy. Cambridge (USA): Cambridge University Press, 1988, p. 195-240.

MOREIRA, Adilson. Tratado de Direito Antidiscriminatório. Editora Contracorrente, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni; REPOLES, Maria Fernanda Salcedo; PRATES, Francisco Castilho. Liberdades Comunicativas 2ª Edição. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.

POST, Robert C; SIEGEL, Reva. Constitucionalismo democrático: Por una reconciliación entre Constitución y Pueblo. Editora Marciel Pons, 2015.

P-12 - PROJETO COLETIVO DIREITO, MORALIDADE POLÍTICA, RACIONALIDADE PRÁTICA E NORMATIVIDADE

Referências temáticas

- 1) Ceticismo Externo e Realismo Moral: principais concepções na Metaética contemporânea.
- 2) Positivismo jurídico, abordagens valorativas do direito, cognitivismo e não cognitivismo moral.
- 3) Conceitos jurídicos: especificidades, conteúdo semântico, instituição e aplicação.
- 4) Obrigações de papel (role-obligations), obrigações associativas e conflitos morais.
- 5) Direitos, valores e práticas sociais.
- 6) Objetividade na moralidade e na argumentação jurídica.
- 7) O ideal político do estado de direito (*rule of law*) e o ethos de fidelidade ao direito
- 8) O direito como prática social e sua normatividade.
- 9) Direito e autoridade política
- 10) Teorias jurídicas contemporâneas na matriz não-positivista: jusnaturalismo, pragmatismo e interpretativismo.

Referências Bibliográficas

BRANDOM, Robert. "A Hegelian model of legal concept determination"; in G Hubbs et al, Pragmatism, Law, and Language. Routledge, 2013, p. 19-39

BUSTAMANTE, Thomas. "Is Protestant Interpretation an Acceptable Attitude Toward Normative Social Practices? An Analysis of Dworkin and Postema". American Journal of Jurisprudence, vol 66, p. 1-25. 2021, Available at SSRN:<https://ssrn.com/abstract=3937509>.

BUSTAMANTE, Thomas. "Between unity and incommensurability: Dworkin and Raz on moral and ethical values", Jurisprudence, ahead of print, 2022. DOI:10.1080/20403313.2021.2005950.

CHRISMAN, Matthew. What is this thing called metaethics? New York: Routledge, 2017, Introd e caps 1-5.

DECAT, Thiago Lopes. Direito e racionalidade prática: Uma perspectiva inferencialista. Belo Horizonte, Dialética, 2022.

DWORKIN, Ronald. Law's Empire. Cambridge, MA: Belknap, 2011, caps 1, 2 3.

DWORKIN, Ronald. Justice in Robes. Cambridge, MA: Belknap, 2006, caps 2 e 6.

HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

POSTEMA, Gerald J. A Treatise of Legal Philosophy and General Jurisprudence: Vol 11 – Legal Philosophy in the Twentieth Century. Dordrecht: Springer, 2011, capítulos 1, 2, 3, 4.

POSTEMA, Gerald J. Law's Rule. Oxford University Press, 2022, caps. 1, 2 e 3.

RAZ, Joseph. Between Authority and Interpretation. Oxford: Oxford University Press, caps. 3, 5, 6 e 7.

RAZ, Joseph. Ethics in the Public Domain. Oxford: Oxford University Press, 1994, cap. 10.

LINHA DE PESQUISA 2
DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

D-01 - PROJETO COLETIVO A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES JUDICIAIS. AS GARANTIAS JUDICIAIS COMO DIREITOS HUMANOS

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Processo de execução e cumprimento de sentença
- 9) Processo coletivo e processo estrutural.
- 10) Métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação. Revista de Processo, vol. 283, set/2018, pp. 55-106.

ANDRADE, Érico. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). Processo Civil Brasileiro - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.

ANDRADE; Érico; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil in 30 Anos da Constituição Federal e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Gen, 2018, p. 303-355.

ANDRADE, Érico. Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: cenários para implementação das novas tendências no CPC/2015. Rev. Fac. Direito UFMG, n. 76, jan/jun 2020, pp. 183-212.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo. Revista de Processo, v. 193, p. 167-199, 2011.

ARAUJO, M. C.; SOUZA, C. M. G.; JORGE, A. C. R.; JAYME, Fernando Gonzaga. A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei de Mediação. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 53, p. 59, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. Revista de Processo Comparado - RPC, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121- 143.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Etica e tecnica del giusto processo. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de. A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. 1, p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). Inovações e modificações do Código de Processo Civil - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauer, Maira Terra. (Org.). Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. Revista de Informação Legislativa, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes

consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. Revista de Processo, v. 258, p. 357-385, 2016.

JAYME, Fernando G. Manual de Direito Processual Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2023.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015 JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.); SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.); PEREIRA, R. A. G. C. (Org.). Mediação de Conflitos: a emergência de um novo paradigma. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.

JAYME, Fernando Gonzaga; GONÇALVES, Gláucio Maciel; MAIA, Renata Christiana Vieira. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. In: JAYME, F.G.; MAIA, R.C.V.; REZENDE, E.N.V. (Org.). INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 369-412.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V.. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; LIPIENSKI, Marcos Vinicius. A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

MAIA, Renata C. Vieira. A identidade física do juiz como princípio consectário do processo cooperativo. In: Paulo Henrique Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). Processo Civil Contemporâneo - Homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 222-237. NUNES, Dierle, et alli. Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Érico. Os contornos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipatória no Novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa julgada. In: Didier Jr, Fredie; Macêdo, Lucas Buril; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada - Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2015, v. 4, p. 61-93.

PISANI, Andrea Proto. Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti: Studi. Napoli: Jovene Editore, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O Processual Civil Brasileiro: No Limiar do Novo Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VITORELLI, Edilson. Processo civil estrutural – teoria e prática. 5ª ed. Salvador: Juspodium, 2024.

D-02 - PROJETO COLETIVO ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DIREITOS, SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS, JUSTIÇA DIGITAL, PROCESSOS E DIREITOS COLETIVOS

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos
- 2) Acesso à Justiça pela via Direitos e Tecnologia
- 3) Das mediações: entre judicialização e desjudicialização
- 4) Solução de conflitos, Adequação de Meios, Desenho de Sistemas de Disputas, ODR's - Resolução de Conflitos "On Line"
- 5) PONTO 5. Processos e Direitos Coletivos
 - 5.1) A Evolução Histórica das Ações Coletivas no Direito Comparado, na Formação do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro e as Principais Discussões dos Novos Projetos de Lei que Propõem Alterações na Regulação das Ações Coletivas no Brasil;
 - 5.2) O Funcionamento do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro sob o Viés Constitucional e à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes;
 - 5.3) Direito Material e Coletivo e a Judicialização de Políticas Públicas no Âmbito do Processo Coletivo e Estrutural como Formas de Efetivação da Tutela de Direitos Fundamentais e Sociais;
 - 5.4) Identificação, Características e Controvérsias quanto à Legitimação Ativa e a Atuação dos Legitimados Extraordinários em Defesa dos Direitos das Coletividades e das Minorias Vulneráveis;
 - 5.5) Aspectos Controvertidos sobre a Competência e as Regras de Prevenção na Sistemática Processual Brasileira de Defesa aos Direitos Coletivos Lato Sensu, e os Institutos Processuais da Conexão, Continência e Litispendência;
 - 5.6) Extensão da Coisa Julgada e a Execução das Sentenças Coletivas no Sistema Integrado de Tutela das Coletividades no Brasil e seus Fundamentos Frente as Classificações, Legal e Doutrinária, quanto as Espécies de Direitos e Litígios Coletivos;
 - 5.7) A Recomposição do Dano Patrimonial e/ou Moral Coletivo: Possibilidades, Finalidades e Controvérsias Enfrentadas pela Doutrina e Prática Processual Coletiva.
 - 5.8) Novos Paradigmas sobre a Identificação Conceitual e Relacional, a Flexibilidade e Estabilidade das Decisões Judiciais e Extrajudiciais nos Processos Coletivos Comuns e nos Estruturais.

Referências bibliográficas

PONTO 1. Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos

ARESE, César. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. Ginebra: Documento de Trabajo de La Oit 10, 2020. 105 p.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie e GOMES, Lilian. Cartografia da Justiça no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013, 216 p.

CAPPELLETTI, Mauro. Processo, Ideologias e Sociedade. Volume 1: Capítulo: “Acesso a Justiça: Acesso a Justiça como Programa de Reforma e como Método de Pensamento”. Volume 2: Seção II – números 3 e 4. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. PORTO, Lorena Vasconcelos. Welfare State: Os Grandes Desafios do Estado de Bem-Estar Social. Capítulos 1, 3 e 4. São Paulo: LTr, 2019, 312 p.

FERRAZ, Leslie Shérida (Coord.). Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2 – – Institutos inovadores / – Aracaju: Evocati, 2016. 281p.

FRASER, Nancy. Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição pós-socialista. Parte 1 e Parte 2. Tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARONA, Marjorie. Acesso à qual justiça? [manuscrito]: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal - 2013. Orientador: Leonardo Avritzer. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9M4L5G>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à Justiça pela Via dos Direitos Trabalhistas. https://www.academia.edu/49266501/ACESSO_A_JUSTICA_PELA_VIA_DOS_DIREITOS_TRABALHISTAS

PEDROSO, João António Fernandes. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças - 2011. Orientador: Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos. Dissertação de Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/22583/1/Tese_Joao%20Pedroso.pdf

SILVA, Nathane Fernandes. O Diálogo dos Excluídos: A mediação informativa como instrument de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. Lumen Iuris, São Paulo, 2018, 220p.

PONTO 2 . Tecnologia, Acesso à Justiça pela via Direitos e ODR's – Resolução de Conflitos “On Line”.

CARELLI, Rodrigo de; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade – Brasília: ESMPU, 2020. 472 p.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie e GOMES, Lilian. Cartografia da Justiça no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013, 216 p.

MALONE, Hugo; NUNES, Dierle. Manual de Justiça Digital: Compreendendo a Online Dispute Resolution e os Tribunais Online. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2022, 368 p.

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. Inteligência Artificial e Direito Processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2a ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

NUNES, Dierle. Novos Designs Tecnológicos no Sistema de Resolução de Conflitos: ODR, E-Acesso à Justiça e seus Paradoxos no Brasil..https://www.academia.edu/45607938/NOVOS_DESIGNS_TECNOLÓGICOS_NO_SISTEMA_DE_RESOLUÇÃO_DE_CONFLITOS_ODR_E_ACESSO_À_JUSTIÇA_E_SEUS_PARADOXOS_NO_BRASIL?auto=citations&from=cover_page

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. LEME, Ana Carolina Reis Paes. Acesso Tecnológico à Justiça no Contexto da Sociedade em Rede: Compartilhando (in)Justiça. In: Conpedi Law Review. Volume 3. Edição 2. Páginas 202-218. <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3728>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e Predição: Notas sobre Uso dos Algoritmos e o Poder Judiciário. In: RDUno: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó. Volume 3. Edição 4. Páginas 33-50.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena, JÚNIOR, José Eduardo de Resende Chaves e MENEZHINI, Nancy Vidal. Trabalhadores Plataformizados e o Acesso à Justiça Pela Via dos Direitos: Regulações e Lutas Em Países das Américas, Europa e Ásia Voltadas Ao Reconhecimento, Redistribuição e Representação. Belo Horizonte, 2021: Editora Expert.

RODRIGUES, Bruno Alves. A Inteligência Artificial no Poder Judiciário e a Convergência com a Consciência Humana para a Efetividade da Justiça. Editora Revista dos Tribunais, 2021. 312 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. In: Sociologias, n.13, Porto Alegre. jan.-jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BwzYH8TjfdfPnCjZQfjyZRj/?lang=pt>

PONTO 3. Das Mediações

BONAFE-SCHMITT, J-P. (2012). Os modelos de mediação: modelos latinos e anglo- saxões de mediação. Meritum – Revista de Direito da Universidade FUMEC, v. 7, n. 2, jul- dez 2012, p. 181-227.

GALANTER, Marc. Por que 'quem tem' sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito. Trad. Ana Carolina Chasin. São Paulo: 2014. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25816/Por%20que%20%27quem%20tem%27%20sai%20na%20frente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GUILLAUME-HOGNUNG, M. (2018). A mediação. Belo Horizonte: RTM.

NICACIO, Camila Silva. Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38263067/CSN_Desafios_e_impasses_a_mediac_ao-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38263067/CSN_Desafios_e_impasses_a_mediac_ao-with-cover-page-)

v2.pdf?Expires=1625584784&Signature=aaJWZC2AS8pTC8V8cneXlib34~U9TFuQ7PrKEg

gHKjHZ85~kK1q384wJ~dtcqXxqC-BDuYh0fA1wSniDug8kv7KpUHYRAnVH8SkD3WLMDjox-

N5Eas6e7XvFI0~2vJw9kCuRNdkbWw-sC3QT24EMc57RgCVE53kQLjtNxicczq6ujEMjBsoDqvReN-

eC2pX~Hv1~UF4hioWseX1qjKPTa5vWZLI6htKKukPYv8yeVBnskOvDwnXUXDHS3z9daYpvBlfTzDsIYymg

TtQa7ZvwSWGMWBhzl9BXihLbo2RwMaOk8MkX0-

~rnPYRp2eDpHepal1Q4eDejNHjOLW71AE5A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

NICACIO, Camila Silva. Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), v. 59, p. 11-56, 2011.

NICACIO, Camila Silva. Mediação de Conflitos e Emergência Normativa. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 73, pp. 141-171, jul./dez. 2018. DOI: 10.12818/P.0304- 2340.2018v73p14. <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/138>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes. Entre a promessa e a efetividade da mediação: uma análise da mediação no contexto brasileiro. Revista Jurídica da Presidência. Volume 18. Edição 115. Páginas 331-356. [https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-](https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-)
[BR#d=gs_md_cita-](https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-oC%26tzom%3D180)
[d&u=%2fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-](https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-oC%26tzom%3D180)
[BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-](https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-oC%26tzom%3D180)
[oC%26tzom%3D180](https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-oC%26tzom%3D180)

SILVA, Nathane Fernandes. O Diálogo dos Excluídos: A mediação informativa como instrument de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. Lumen Iuris, São Paulo, 2018, 220p.

SIX, Jean-François. Dinâmica da Mediação. 2001. Belo Horizonte: Del Rey. 10) SUARES, Marines. Mediación: Conducción de disputas, comunicación y técnicas. Buenos Aires: Paidós, 1996.

PONTO 4. Solução de conflitos, Adequação de Meios e Desenho de Sistemas de Disputas,

ADLERT, Robert S. SILVERSTEINT, Elliot M. When David Meets Goliath: Dealing with Power Differentials in Negotiations. Harvard Negotiation Law Review, 2000, 5, 1–112. 2) ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução online de controvérsias: tecnologias e jurisdições. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP, 2016. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-01092016-154830/publico/Doutorado_Arbix_3mar15_INTEGRAL.pdf

GALANTER, Marc. Por que 'quem tem' sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito. Trad. Ana Carolina Chasin. São Paulo: 2014.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25816/Por%20que%20%27quem%20tem%27%20sai%20na%20frente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GALANTER, Marc. Reading the landscape of Disputes: what we know and don know (and think we know) about our allegedly contentious and litigious Society. UCLA Law Review, october 1983, 31. UCLA L. Rev.4

YARSHELL, Flávio Luiz; COSTA, Susana Henriques da; FRANCO, Marcelo Veiga (Coord.). Estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter. 2021.

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Intercondições e formas de solução de conflitos: abordagem e tratamento adequado face a centralidade consensual sistêmica a partir da Resolução 125/CNJ.https://www.academia.edu/49621351/Intercondi%C3%A7%C3%B5es_e_formas_de_solu%C3%A7%C3%A3o_de_confli%C3%A7%C3%B5es_abordagem_e_tratamento_adequado_face_a_centralidade_consensual_sist%C3%AAmica_a_partir_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o_125_CNJ

ROMÃO, José Eduardo Elias. Justiça Procedimental - a pratica da mediação na teoria discursiva de Jürgen Habermas. Brasília: Maggiore, 2005.

SELA, Ayelet. The effect of online technologies on dispute resolution system design: antecedents, current trends and future directions. Lewis & Clark Law Review 633 (2017), Bar Ilan University Faculty of Law Research Paper No. 18-03.
https://www.researchgate.net/publication/335125466_THE_EFFECT_OF_ONLINE_TECHNOLOGIES_ON_DISPUTE_RESOLUTION_SYSTEM_DESIGN_ANTECEDENTS_CURRENT_TRENDS_AND_FUTURE_DIRECTIONS

SOLER, Raul Calvo. Mapeo de Conflictos. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

PONTO 5. Processos e Direitos Coletivos

CABRAL, Antônio do Passo. Convenções Processuais: teoria geral dos negócios jurídicos processuais. 4ª ed. (rev., atual. e ampliada) São Paulo: Editora JusPodivm, 2023. 512 p.

CHIUZULI, Danieli et ASPERTI, Maria Cecília de Araújo (Coord.). Acesso à Justiça e a Tutela Coletiva de Direitos: análise dos projetos de lei 4.441/20; 4778/20; e 1641/21, que propõem alterações na

regulação das ações coletivas no Brasil. (Clínica de Acesso à Justiça da FDV Direito SP.- direitos.fgv.br) Dez/21. 85 p.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, Raphael Alexandria. Elementos para uma Teoria do Processo Estrutural Aplicada ao Processo Civil Brasileiro. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 75, p. 101-136, jan./mar. 2020.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law: uma análise de direito comparado. 2ª ed. Rev. e Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. 464 p.

GIDI, Antônio; TESHEINER, Jose Maria; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau (org.) Processos Coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. 247 p.

MARQUES, Cláudia Lima et MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes: novos estudos sobre a coordenação e aplicação das normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau (Coord.); ALVARENGA, Samuel (Org.). Direito e Processo Coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2019. 302 p.

VIOLIN, Jordão. Processos Estruturais na Perspectiva Comparada: a experiência Norte- Americana na resolução de litígios policêntricos. Salvador: Editora Juspodivm, v. 1, 2023. 304 p.

VITORELLI, Edilson. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 3ª ed. Revista e ampliada (Coleção o novo processo civil - Coord. MARINONI L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D.). São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2022. 680 p.

VITORELLI, Edilson; ZANETI JR, Hermes (Coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 1: Técnicas Extrajudiciais de Tutela Coletiva e Temas Especiais. São Paulo: Almedina, 2020, 580 p. E, Volume 2: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Almedina, 2020, 512 p.

D-03 - PROJETO COLETIVO ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Referências temáticas

- 1) Transformações do constitucionalismo ocidental: Neoconstitucionalismo: constitucionalismo principialista (“noeconstitucionalismo”) e constitucionalismo garantista.
- 2) “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e o papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 3) O Poder Judiciário com agente de transformação social. As cortes constitucionais como espaço de promoção dos direitos humanos. A experiência paradigmática da Corte Constitucional Colombiana: a sentença T-025 (2004).
- 4) Administração da justiça econômica: fundamentos teórico-constitucionais do controle constitucional da compatibilidade das políticas públicas com obrigações jurídicas (inconstitucionalidade sistêmica) afetas aos direitos socioeconômicos.
- 5) A função política e de governo do Supremo Tribunal Federal: controle constitucional de políticas públicas econômicas(?).
- 6) O Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista- Sistema Ninter como instrumento de participação dos sindicatos na administração da justiça. O papel de tais instituições nas políticas de tratamento adequado dos conflitos laborais instituídas pela Resolução 174/16, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).
- 7) A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual. (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
- 8) Constituição econômica como extensão da constituição política: controle judicial de políticas públicas (econômicas) como instrumento de promoção dos direitos fundamentais?

Referências bibliográficas

PIETRO SANCHIS, Luis. El constitucionalismo de los derechos: ensayos de filosofía Jurídica. Madrid: Trotta, 2013 (5 primeiros capítulos).

ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109- 126.

GARAVITO, César Rodrigues. La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

GARAVITO, César Rodriguez; FRANCO, Diana Rodriguez. Cortes y cambio social – Cómo la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010. (Capítulo 1, Las cortes y el cambio social estructural).

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia” IN BAZAN, Víctor. Justiça constitucional y derechos fundamentales – la protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. Bogotá: FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER, 2015. pp. 91-116.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONÇALVES, Gabriel Accioly. Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição, in Revista Juris Poiesis ano 18, nº 18, jan-dez.2015 ISSN 1516-6635, pp. 130-159.

PUGA, Marilea. El litígio estrutural, IN Revista de Teoría del derecho de la Universidad de Palermo, Año I, nº2, noviembre de 2014.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle judicial de políticas públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, IN Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Ginebra: CIJ, 2009. (Capítulo V – El papel de los tribunales en la determinación de la compatibilidad de las políticas sociales con obligaciones jurídicas, pp. 85- 102).

TAVARES, André Ramos. Justiça Constitucional e suas funções, IN Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 43 n. 171, jul/set/2006, pp. 19-47

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo I).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5)

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Modificações Relativas à Extinção do contrato de trabalho instituídas pela lei n. 13.467/2017: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios (Item 5. O procedimento de jurisdição voluntária para homologação judicial de acordos extrajudiciais), in HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela M. de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo (coords.). Direito do trabalho e processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2017, pp. 249-260.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; JUNIOR, José Eduardo de Resende Chaves. “Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho”, IN SOUZA, COLONAGO, Lorena de Mello Rezende. Processo do trabalho atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 264-302 (Itens 1,2,3).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E SEU f) PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA”. Disponível em:< http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf >.

VITAL, Moreira. “Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica” (Cap. V: Constituição econômica e constituição política), Boletim de Ciências Econômicas (Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XIX, 1976.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento – leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiro, 2005 (Capítulos 1 e 2).

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle Judicial de Políticas Públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

D-04 - PROJETO COLETIVO O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO PENAL

Referências temáticas

- 1) A construção da verdade no processo penal
- 2) Sistema processual penal democrático
- 3) Sistemas de investigação preliminar
- 4) Os espaços de consenso no processo penal
- 5) Princípios processuais penais
- 6) A natureza jurídica do processo penal
- 7) Prisão e liberdade
- 8) A ponderação no processo penal
- 9) Provas, procedimentos e atos no processo penal
- 10) Nulidades e meios de impugnação de decisões no processo penal

Referências bibliográficas

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. *Estudios de teoria general y historia del proceso*. Tomo I. México: UNAM, 1992.

BACIGALUPO, Enrique. *Justicia penal y derechos fundamentales*. Madri: Marcial Pons, 2002.

CORDERO, F. *Procedura penale*. 4. Ed. Milão: Giuffrè, 1977.

FAZZALARI, Elio. *Conoscenza e valori saggi*. Torino: G. Giappichelli, 1999.

FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermêutica filosófica*. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. Trad. Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1992.

GREVI, Vittorio. *Alla ricerca di un processo penale giusto*. Milano: Giuffrè Editore. 2000.

GUZMÁN, Nicolas. *La verdad en el proceso penal: una contribución a la epistemología jurídica*. Prólogo de Luigi Ferrajoli. Buenos Aires: Editores del puerto, 2006.

HASSEMER, Winfried. *Crítica al derecho penal de hoy*. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.

KHALED JR, Salah H. *A Busca da verdade no processo penal: para*

MARTINS, Rui Cunha. *O ponto cego do direito: the brazilian lessons*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TARUFFO, Michele. *La prova dei fatti giuridici*. Milão: Giuffrè Editore, 1992.

_____. *La fisionomia della sentenza in Itália. In La sentenza in Europa*. Padova: CEDAM, 1988.

TARZIA, Giuseppe. *Lineamenti del nuovo processo di cognizione*. Milano: Giuffrè, 1996.

PINTO, Felipe M. A inquisição e o sistema inquisitório. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso)*, n. 56, p. 189-206, 2010.

PINTO, Felipe M. A presunção de inocência na investigação criminal. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 16, n. 94, p. 76-89, fev./mar. 2020.

PINTO, Felipe M. Apontamentos sobre a evolução do princípio do contraditório no processo penal. *Duc in Altum Cadernos de Direito*, v. 6, p. 121-136, 2014

PINTO, Felipe M. Crítica à tradicional opção pela teoria da correspondência como critério para a obtenção da verdade no processo penal. *Revista Brasileira de Direito Processual*, v. 79, p. 158-188, 2012.

PINTO, Felipe M. *Introdução crítica ao processo penal*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

PINTO, Felipe M. O "habeas corpus" nos tribunais superiores. In: FÉRES, Marcelo A.; CARVALHO, Paulo G. M. (Org.). *Processo nos tribunais superiores*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, p. 279-292, 2006.

PINTO, Felipe M. O princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena privativa de liberdade. In: MARCHI JR, Antônio P.; PINTO, Felipe M. (Org.). *Execução penal: constatações, críticas alternativas e utopias*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008, v. 1, p. 79-104.

PINTO, Felipe M.; AQUINO, Y. A. M. A incorporação da audiência de custódia e a sua relação com o princípio da imparcialidade objetiva. In: PINTO, Felipe M. (Org.). *Audiência de Custódia*. 1ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial MG, 2016, v. 1, p. 17-56.

PINTO, Felipe M.; BRENER, Paula R. G. A eficácia do contraditório no processo penal: atuação e legitimação para além da legalidade. *Revista Eletrônica do CNJ*, v. 3, p. 37-50, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/245>. Acesso em 3 jun. 2024.

PINTO, Felipe M.; BRENER, Paula R. G. A inclusão da parte civil no processo penal e a responsabilidade penal da pessoa jurídica: estudo do caso FC Barcelona. In: 8º Congresso Internacional de Ciências Criminais, PUCRS, 2018, Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tirant lo Blanch, 2017. v. 04. p. 175-190.

PINTO, Felipe M.; BRENER, Paula R. G. A legitimação pelo contraditório no processo penal: para além de um silogismo dialético. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 27, n. 162, p. 171-215, dez. 2019.

PINTO, Felipe M.; BRENER, Paula R. G. Responsabilidade corporativa e compliance: novas estratégias de prevenção à criminalidade econômica. In: FORTINI, Cristiana (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 1, p. 339-353.

PINTO, Felipe M.; GUIMARAES, Johnny W. B. O direito à privacidade e o sigilo de dados na internet. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 69, p. 201-219, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39041>.

PINTO, Felipe M.; LEITE, Hebert S. O princípio da presunção de inocência e a impossibilidade de produção de provas ex officio pelo julgador. In: PINTO, Felipe M. (Org.). Presunção de inocência: estudos em homenagem ao professor Eros Grau. 1ed. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2019.

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório*: a conformidade constitucional das leis processuais penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

D-05 - PROJETO COLETIVO PRODUÇÃO DO DIREITO, INTERLEGALIDADE E DISCURSIVIDADE

Referências temáticas

- 1) Modos de resolução de conflitos, juridicidade e diálogo intercultural.
- 2) Abordagens etnográficas: produção do direito, direitos humanos e minorias.
- 3) Religião, direito e espaço público.
- 4) Legística e Avaliação Legislativa: Métodos, desafios e boas práticas.
- 5) Linguagem Simples e Decodificação da Linguagem da Lei.
- 6) Elaboração Normativa, tecnologia e comunicação.
- 7) Formação do direito, opinião pública e mass media: Linguagens, oralidade e escrita em tempos interconectados.
- 8) O conhecimento do direito e a tradução pelos meios de comunicação.
- 9) Legisprudência, Ciência da Legislação, Teoria da Legislação.

Referências bibliográficas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Legística: Qualidade Da Lei e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.

ATIENZA, Manuel. *Contribución a uma teoria de la Legislación*. Civitas: Espanha, 1997.

BASTIT, Michel. *Nascimento da Lei Moderna: O pensamento da lei de Santo Tomás a Suarez*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 2010.

BENTHAM, Jeremy. *Nomography or the art of inditing laws*, 1843.

BLACK, Julia. Procedimentalizando a Regulação: Parte I. In: MATTOS, Paulo Todescan Lessa (Coord.). *Regulação Econômica e Democracia: O Debate Europeu*. São Paulo: Editora 34, 2004.

CANOTILHO, José Gomes. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, volume LXIII, Coimbra, 1987.

CARNEGEM, R. C. van. *Juízes, Legisladores e Professores*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CAUPERS, João. Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de uma disciplina de Metodologia da legislação. In: *Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação*, n. 35, Outubro-Dezembro 2003, pp. 6 – 58.

CHASE, Oscar. Direito, cultura e ritual: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. Tradução: Sergio Arenhart, Gustavo Osna. Imprensa: São Paulo, Marcial Pons, 2014 (cap. 1, 2 e 3).

DELLEY, Jean-Daniel; FLÜCKIGER, Alexandre. *A Elaboração Racional Do Direito Privado: Da Codificação à Legística*. Tradução: Paulo Roberto Magalhães. Revisão da tradução: Maria Lina Soares Souza. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 9, n. 14, p. 35-58, jan./dez. 2007.

GAAKEER, J. The Perplexity of Judges Becomes the Scholar's Opportunity. *German Law Journal*. 2017;18(2):331-362. <https://doi.org/10.1017/S2071832200021982>

GARCÍA AMADO, Juan Antonio. Razón Práctica y Teoría de la Legislación. Derechos y Libertades: *Revista del Instituto Bartolomé de las Casas*, año 5, n. 9, 2000, pp. 299-318.

GIUMBELLI, Emerson. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade*, v. 28(2), p. 80-101, 2008.

HUNT, Lynn. *Inventing human rights*. New York e Londres, W.W. Norton et Cie, 2007 (Introdução, cap. 1, 2, 3 e 4).

LATOURE, Bruno. *A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: Editora UNESP, 2019 (Capítulos 4, 5 e 6).

LEVI-FAUR, David; MOR, Guy. Legislation and regulation: three analytical distinctions. *The Theory and Practice of Legislation*, v. 7, n. 3, 2019, pp. 169-178.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176565/000860609.pdf?sequence=3∓isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176565/000860609.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

LOPES, Mônica Sette. *Direito e Comunicação: uma perspectiva caleidoscópica*. São Paulo: Dialética, 2023.

MADER, Luzius. Avaliação prospectiva e análise do impacto legislativo: tornam as leis melhores? *Legislação*, no 42/43, janeiro-junho 2006, pp. 177 –191.

MADER, Luzius. Legislação e jurisprudência. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 9, n. 14, 2007, pp. 193-206.

MARCILLA CÓRDOBA, Gema. *Racionalidad Legislativa: Crisis de la ley y nueva ciência de la legislación*. Madrid: Centro de Estudios Políticos Constitucionales, 2005. (Capítulos 1, 2 e 3).

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, *Novos Estudos*, Cebrap, 74, março 2006.

MORAND, Charles-Albert. *Légistique Formelle et Matérielle*. Aix-en-Provence, Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

NASCIMENTO, Roberta Simões. O argumento da intenção do legislador: anotações teóricas sobre uso e significado. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 167-193, out./dez. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/232/ril_v58_n232_p167.pdf

NASCIMENTO, Roberta Simões. *Teoria da legislação e argumentação legislativa: Brasil e Espanha em perspectiva comparada*. Curitiba: Alteridade, 2019.

NICÁCIO, Camila S. *Direito, mediação e emergência normativa*. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2023. v. 1. (p. 249-355).

SARDAN, JP. Olivier de. *La politique du terrain*, Enquête [En ligne], 1 | 1995, mis en ligne le 10 juillet 2013, consulté le 24 mai 2024. URL: <http://journals.openedition.org/enquete/263>; DOI: <https://doi.org/10.4000/enquete.26>

SOARES, Fabiana de Menezes Soares. *Produção do direito e conhecimento da lei à luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação*. Tese de Doutorado. UFMG: Belo Horizonte.2002 <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-96WPB6>>.

SOARES, Fabiana de Menezes; HERMONT, Thiago; MAGALHÃES, Paula Gomes de (orgs.). *Avaliação legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, § 16*. Belo Horizonte: Dialética, 2023. 248 p.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, Cristiane; PRETE, Eyng Kùlkamp Esther (Org.), *Estudos em Legística*, Tribo da Ilha, Florianópolis: 2019.

WINTGENS, Luc J. *Legisprudence: Practical Reason in Legislation*. University of Brussels, Belgium, 2012.

ZAPATERO, Virgilio. De la jurisprudencia a la legislación. *Doxa*, n. 15-16, 1994, pp. 769-78.

D-06 - PROJETO COLETIVO JUSTIÇA SOCIOESPACIAL, DIREITO À CIDADE E AO TERRITÓRIO

Referências Temáticas

- 1) Direito à Cidade;
- 2) Política Urbana;
- 3) Direito à Moradia Adequada;
- 4) População em Situação de Rua.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, Henri. Discursos da sustentabilidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 01, p. 79-90, mai. 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>>.

ASSUNÇÃO, Clara et al. Observatório de remoções: uma década de avanços e desafios epistêmicos e metodológicos. São Paulo: LabCidade FAUUSP, 2024. Disponível em: <<https://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-Observatorio-de-Remocoes-1.pdf>>.

DIAS, André Luiz Freitas; OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Violências de mercado e de Estado no contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 a 2017. São Carlos: Scienza, 2018. Disponível em: <https://polosdecidadania.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Miolo_Viol%C3%AAs_Mercado.zip>.

DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí, SP: Paco Editorial. 2018.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; CALIXTO, Juliano dos Santos (Org.) As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/53urbanas>>.

GAIO, Daniel (Org.). Remoções forçadas e a administração pública. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2020. Disponível em: <<https://pergamum.bu.ufmg.br/pergamumweb/vinculos/000023/000023e8.pdf>>.

GAIO, Daniel. Ciudad Compacta y Sustentabilidad. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; DINIZ, Pedro Ivo Ribeiro (Org.). Agenda 2030 y el Desarrollo Sostenible em el contexto Latinoamericano. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2021, p. 139-153. Disponível em:

<<https://www.kas.de/documents/273477/11528179/AGENDA+2030+Y+EL+DESARROLLO+SOSTENIBLE+EN+EL+CONTEXTO+LATINOAMERICANO.pdf/d2122f27-9a5f-46b8-6156-1094dbbc5daf?version=1.0&t=1612290620466>>.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: D'Placido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. En defensa de la vivienda. Madrid: Capitain Swing, 2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

PONCE SOLÉ, Juli. Derecho urbanístico y segregación espacial. Las relaciones entre la ordenación urbanística y el surgimiento de guetos urbanos. Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales, nº 130, p. 667-685, 2001. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/75127/45680>>.

PRADO, André Luiz Prado. Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://rehabitare.direito.ufmg.br/?page_id=294>.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda et al. La espera como violencia de estado y la democracia sin espera: el caso de Vila Acaba Mundo". In: DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS SOLSONA, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí: Paco, 2018, v. 1, p. 185-213.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

D-07 - PROJETO COLETIVO NOVAS FRONTEIRAS ENTRE O DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL

Referências temáticas

- 1) Tutela específica e conformação procedimental à tutela das obrigações. Mecanismos de tutela diferenciada e novos sistemas de resolução de conflitos. Limites para utilização das medidas coercitivas atípicas.
- 2) Ato ilícito e responsabilidade civil. Tutela processual do ilícito. Tutela inibitória.
- 3) Direito material e prova. Provas típicas e atípicas. Prova emprestada. Presunções, indícios e regras da experiência.
- 4) Contratualização das relações privadas, soluções consensuais de conflitos. Arbitragem. Contratualização do processo. Negócio jurídico processual.
- 5) Prescrição e decadência. Interseções entre direito material e direito processual. Prescrição intercorrente.
- 6) Autonomia privada. Revisão e resolução dos contratos. Mecanismos de tutela processual no ambiente contratual.
- 7) Litigiosidade repetitiva e mecanismos processuais para seu tratamento adequado. Precedentes. IRDR e recursos especiais e extraordinários repetitivos.
- 8) Garantias reais. Autotutela executiva. Modelos de execuções extrajudiciais.
- 9) Os modelos de desconsideração da personalidade jurídica e o incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica. Possibilidades e limites.
- 10) Tutelas de cognição plena. Tutelas de cognição sumária. Acertamento judicial e coisa julgada.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. Novas fronteiras da arbitragem: superação da discussão em torno da natureza contratual ou jurisdicional. *Revista de Processo*, vol. 305/2020, p. 461/491.

ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de; ZULBERTI, Martino. *Coisa Julgada – Aspectos comparados Brasil-Itália*. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

ANDRADE, Érico. PARENTONI, Leonardo Netto. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica in RODRIGUES, Marcelo Abelha; DE CASTRO, Roberta Dias Tarpinian; SIQUEIRA, Thiago Ferreira; NAVARRO, Trícia. *Desconsideração da personalidade jurídica. Aspectos materiais e processuais*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.

ARAÚJO, José Aurélio de. *Cognição sumária, cognição exhaustiva e coisa julgada*. São Paulo: Ed. RT, 2017.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. Negócios Processuais. Salvador: JusPodivm, Tomo 2 (2020).

CORREIA, Atalá. Prescrição: entre passado e futuro. São Paulo: Almedina, 2021.

COUTO E SILVA, Clóvis. A obrigação como processo. São Paulo: FGV, 2006.

DELFINI, Francesco. Autonomia privata e contratto. 3ª ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2019.

ELGUETA, Giacomo Rojas. Autonomia privata e responsabilità patrimoniale del debitore. Milano: Giuffrè Editore, 2012.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Alvino. Culpa e Risco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

LOPES, Christian Sahb Batista; SILVA, L. S. O. Dúvida acerca do método de resolução de disputa eleito pelas partes. Revista Brasileira de Arbitragem, v. 52, p. 101-154, 2016.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Revisão contratual. São Paulo: Almedina, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. São Paulo: Editora RT, 2016.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavírus. São Paulo: Editora Foco, 2020.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Direitos das Coisas. 5ª ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2024.

PARENTONI, Leonardo Netto. Desconsideração Contemporânea da Personalidade Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2015,

PATTI, Salvatore; POLI, Roberto (a curi di). Il ragionamento presuntivo. Torino: G. Giappichelli Editore, 2022.

RIBEIRO, Flávia Pereira. Desjudicialização da execução civil. 3ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2022.

TARUFFO, Michele. A prova. São Paulo: Marcial Pons. 2014.

TESCARO, Mauro. Decorrenza della prescrizione e autoresponsabilità: la rilevanza civilistica del

principio contra non valentem agere non currit praescriptio. Padova: Cedam, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Novas perspectivas para atuação da tutela executiva no Direito Brasileiro: autotutela executiva e “desjudicialização” da execução. Revista de Processo, v. 315, maio 2021, p. 109-158.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Precedentes no Processo Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Autotutela executiva. Execução extrajudicial positivada. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. ANÁLISE COMPARATIVA DO ACERTAMENTO JUDICIAL NO DIREITO ITALIANO E NO DIREITO BRASILEIRO. Revista de Processo, 336/2023, p. 47/82.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de. O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o direito italiano. Revista de Processo, vol. 344/2023, p. 325/357.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição e Decadência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

TISCINI, Roberta. I provvedimenti decisorii senza accertamento. Torino: G. Giappichelli Editore, 2009.

**LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE**

H-01 - PROJETO COLETIVO CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA: TEORIA, HISTÓRIA E DOGMÁTICA CRÍTICA

Referências Temáticas

- 1) História dos Conceitos e Hermenêutica Filosófica
- 2) Conceito Moderno de Constituição
- 3) Constituição, integração da sociedade e aprendizagem social
- 4) Jurisdição Constitucional e Constitucionalismo
- 5) Jurisdição Constitucional diante do “espaço de interação virtual”
- 6) Controle Jurisdicional de Constitucionalidade do Devido Processo Legislativo
- 7) Repensar o Constitucionalismo Brasileiro desde o Sul
- 8) Direito Constitucional Comparado em perspectiva crítica
- 9) Constitucionalismo, justiça de transição e erosão democrática
- 10) Democracia, pluralismo e identidade constitucional
- 11) Interpretação Jurídica no Estado Democrático de Direito

Referências bibliográficas

ALVES, Adamo Dias. Da sociologia dos conceitos à crítica hermenêutica de Gadamer a Koselleck: contribuições para uma análise crítico-reflexiva da história do processo de constitucionalização brasileiro. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). Constitucionalismo e História do Direito. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020, p. 117-142.

BAHIA, Alexandre G. M. F. M.; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo B. Controle Jurisdicional do Devido Processo Legislativo: História e Teoria Constitucional Brasileira. Belo Horizonte: Conhecimento, 2018.

CARVALHO NETTO, Menelick de. Requisitos pragmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do Estado Democrático de Direito. In: CARVALHO NETTO, Menelick de. Teoria da Constituição e Direito Constitucional – Escritos Selecionados, Vol. 1. Apresentação de David F. L. Gomes. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021, p. 53-69.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 3a. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2023, cap. 2, p. 69-75; cap. 3, p. 85-95; cap. 4, p. 104-114; cap. 5, p. 115-139.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SILVA, Diogo B. Repensar o presidencialismo brasileiro desde o sul: as instabilidades políticas, o novo constitucionalismo latino-americano e a “morte cruzada”. In: BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ, João; AGUIAR, Renan (coord.). Utopias para Reconstruir o Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2020, p. 313-339.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SILVA, Diogo B. Para uma Teoria Crítica Latino-Americana: uma crítica da crítica democrático-liberal por Roberto Gargarella ao novo constitucionalismo latino-americano. Belo Horizonte: Conhecimento, 2024, cap. 7, p. 133-194.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SALCEDO REPOLÊS, Maria F.; PRATES, Francisco C. A tensão entre público e privado no exercício das liberdades comunicativas nas redes sociais: o caso de mensagens públicas de autoridades governamentais por meio de contas “privadas”. Libertas: Revista de Pesquisa em Direito, Ouro Preto, v. 6, n. 2, p. e-202012, 2020.

GOMES, David F. L. Para uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade - Estudos Preparatórios, Volume 1. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022, capítulo 10.

GOMES, David F. L. Para uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade - Estudos Preparatórios, Volume 2. Belo Horizonte: Conhecimento, 2024, capítulo 1 (no prelo, com previsão de publicação para fins de junho/início de julho).

MEYER, Emilio Peluso Neder. Decisão e Jurisdição Constitucional: Crítica às Sentenças Intermediárias, Técnicas e Efeitos do Controle de Constitucionalidade em Perspectiva Comparada. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

MEYER, Emilio Peluso Neder. Constitutional Erosion in Brazil. Oxford: Hart Publishing, 2021.

MEYER, Emilio Peluso Neder; DOS REIS, Ulisses Levy Silvério; DE CASTRO, Bruno Braga. Courts and COVID-19: an Assessment of Countries Dealing with Democratic Erosion. Jus Cogens, v. 1, p. 1-26, 2023.

PRATES, Francisco de Castilho. Um Ensaio sobre a Relação Geracional entre Democracia e Constitucionalismo: algumas notas exploratórias. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.

H-02 - PROJETO COLETIVO CONSTITUTIONALISM AND COMPARATIVISM

Referências temáticas

- 1) The rule of law and how it should work.
- 2) Democratic commitments and the legitimacy of normative social practices.
- 3) Human rights, justice, and democracy: tensions and mutual reinforcement.
- 4) Democratic and constitutional erosion; democratic decay; authoritarian backsliding.
- 5) Constitutionalism and its conceptions: from global north to global south.
- 6) Comparative constitutional review
- 7) Understanding illiberalism as an economic, political, and legal concept or theory
- 8) The role of exclusion and inclusion in shaping constitutional identity, national identity and social reality
- 9) Law-making processes and theories of democracy
- 10) Constitutional courts, civil society and social movements. Constitutionalism out of the courts.
- 11) Civil-Military relationship, militarization and democracy
- 12) Neoliberalism, anti-gender and anti-human rights politics: impacts on democracy and fundamental rights
- 13) Surveillance capitalism, constitutionalism and democratic erosion

Referências bibliográficas

BROWN, Wendy. In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019, Introduction, chapters 1, 4 and 5.

BUSTAMANTE, Thomas. MEYER, Emílio Peluso Neder. Legislative resistance to illiberalism in a system of coalitional presidentialism: will it work in Brazil?, *The Theory and Practice of Legislation*, 2021, DOI: 10.1080/20508840.2021.1942370.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de ; MEYER, Emílio Peluso Neder ; BUSTAMANTE, E. N. G. . Luís Roberto Barroso's Theory of Constitutional Adjudication: A Philosophical Reply. *AMERICAN JOURNAL OF COMPARATIVE LAW*, v. X, p. 1-36, 2022.

COELHO, Ana Luiza M; POLIDO Fabricio B.P.; ALVES, Marco Antonio Sousa (orgs.) *Direito & Tecnologias: estudos sobre um mundo em transformação*. Belo Horizonte: Initia Via, 2022.

DIAMINT, Rut. A New Militarism in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 4, 2015, pp. 155-168.

DRINÓCZI, Tímea, BIEN-KACALA, Agnieszka, *Illiberal constitutionalism – the case of Hungary and*

Poland. German Law Journal (2019) Volume 20, December 2019 , pp. 1140-1166.

DRINÓCZI, Tímea, Concept of quality in legislation – revisited: matter of perspective and a general overview. 3 Statute Law Review 2015, 36: 211-227.

DRINÓCZI, Tímea: Constitutional identity in Europe: the identity of the constitution. A regional approach. 2 German Law Journal (2020, Vol 21) 105-130.

DWORKIN, Ronald. Freedom's Law. Cambridge, Mass, 1996.

GINSBURG, Tom. HUQ, Aziz. How to Save a Constitutional Democracy. Chicago: Chicago University Press, 2018.

GOMES, Juliana Cesario Alvim; MENDES, Corina Figueira. Confidentiality and Treatment Refusal: Conservative Shifts on Reproductive Rights by Brazilian Medical Boards. International Journal of Gynecology and Obstetrics, 152.3, March 2021, pp. 459–464.

LARUELL, Marlene. 'Illiberalism: A conceptual introduction' 2 East European Politics (2022) 303-327.

MEYER, Emilio Peluso Neder. Constitutional Erosion in Brazil. Oxford: Hart Publishing, 2021.

MEYER, EMILIO PELUSO NEDER; DOS REIS, ULISSES LEVY SILVÉRIO; DE CASTRO, BRUNO BRAGA. Courts and COVID-19: an Assessment of Countries Dealing with Democratic Erosion. Jus Cogens, v. 1, p. 1-26, 2023.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. MEYER, Emilio Peluso Neder. TRIVELLATO, Márcia Carolina Santos (org.). Direito, democracia e internet. Belo Horizonte: Initia Via, 2021.

POSTEMA, Gerald J., Constitutional Norms--Erosion, Sabotage and Response (June 4, 2021). Ratio Juris (forthcoming 2021), Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3860397>.

RAWLS, John. Political Liberalism (Expanded Edition). Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2005.

WALDRON, Jeremy, The Rule of Law, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/rule-of-law/>.

ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism. New York:Public Affairs, 2019. Capítulos 12 e 13.

H-03 - PROJETO COLETIVO DIREITO POLÍTICO

Referências temáticas

- 1) A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático sob a perspectiva do Direito Político e dos direitos políticos
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 3) Justiça Eleitoral: da legitimação pelo procedimento.
- 4) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- 5) Ética e as relações entre Estado, Política e Cidadania sob a perspectiva do Direito Político
- 6) Direito Político: A Educação em Direitos Humanos e sua conexão com a segurança e certeza do Direito
- 7) Participação política e controle constitucional no processo democrático.
- 8) Dos direitos políticos e dogmática eleitoral, sob a égide da CR/88: interações, reforços e distensões.
- 9) A história das ideias, a história dos conceitos e o contextualismo linguístico no âmbito do Direito Político.
- 10) O problema conceitual do Direito Político.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, Adamo Dias. A história do conceito de bonapartismo: uma análise semântica aplicada aos séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Conhecimento livraria e distribuidora, 2018.

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

ALVES, Adamo Dias; CAMPOS SILVA, Adriana. Estudos de Direito Político. Andradina: Editora Meraki, 2021, v.único. p.232

ALVES, Adamo Dias; CAMPOS SILVA, Adriana. Estudos de História Constitucional e de Direito Político. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021, v.1. p.347.

BERCOVICI, Gilberto et al. Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BARCELOS, J. R. (Org.) ; CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; PEREIRA, C. (Org.) ; MERINO, A. G. (Org.) ; MAYOS, G. (Org.) ; SANTOS, G. (Org.) ; BERTTONI, I. (Org.) ; RAMOS, M. M. (Org.) ; REPOLES, M. F. S. (Org.) ; ZANITELLI, L. M. (Org.) . Law and vulnerability | Derecho y vulnerabilidad | Direito e vulnerabilidade.. - . ed. , 2016.

CAMPOS SILVA, Adriana; SANTOS, P. P.; Júlia Rocha de Barcelos. Democracia e informação: o voto nulo no Brasil. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 22, p. 257-277, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; STUDART, Paulo Henrique M.; Júlia Rocha de Barcelos . Corrupção e Reforma Política. In: Cristiana Fortini. (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. 1, p. 232-246.

CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. As teorias da soberania: uma análise a partir de Foucault. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 12, p. 272-292, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; Assis, Christiane Costa. Direito, Interpretação Constitucional e Interpretação Conforme a Constituição. Revista Paradigma, v. 26, p. 153, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017. v. 1. 131p.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni (Ed.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

CORTINA, Adela. Cidadãos do Mundo—Uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.

FERES JR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Editora Unesp, 2022.

HÖFFE, Otfried. Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado. Martins Fontes, 2006.

INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte:

UFMG, 2009.

KLINGEMANN, Hans-Dieter (Ed.). The comparative study of electoral systems. Oxford University Press, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LUHMANN, Niklas. O direito da sociedade. Martins Editora, 2017.

LUHMANN, Niklas. O Poder (trad. Martine Creusot de Rezende Martins). Brasília, UNB, 1985.

MONCADA, Cabral de. Do conceito e essência do Político. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.30, Universidade de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, editor Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.

NOHLEN, D. Gramática de los sistemas electorales. Madrid: Difusora Larousse - Editorial Tecnos, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A difusão parlamentar do sistema partidário: exposição do caso brasileiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

SKINNER, Quentin. Visions of politics: Regarding method (Volume 1). 2002.

VERDÚ, Pablo Lucas. Curso de Derecho Político. Vol.1. Madrid, Tecnos, 1972.

VERDÚ, Pablo Lucas. En torno al problema conceptual del derecho político. BOLETÍN INFORMATIVO DEL SEMINARIO DE DERECHO POLÍTICO DE LA UNIVERSIDAD DE SALAMANCA, p. 81-100, 1964.

H-04 - PROJETO COLETIVO CRÍTICA MARXISTA À ECONOMIA POLÍTICA, AO DIREITO E AO ESTADO

Referências temáticas

- 1) Revolução social, bonapartismo e a questão da autonomização do estado
- 2) Mercadoria: valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo
- 3) Crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida
- 4) Acumulação primitiva e colonização
- 5) O fetichismo do capital: rendimento e suas fontes
- 6) Especificidades nacionais e vias revolucionárias
- 7) Ontologia do ser social e trabalho
- 8) Direito do trabalho e luta de classes: entre reforma social e revolução
- 9) Ecosocialismo: crítica da ecologia política, progresso e desenvolvimento
- 10) O velho Marx e a crítica à economia política, ao Direito e ao Estado

Referências bibliográficas

BENSAÏD, Daniel. “Os tormentos da matéria (Contribuição à crítica da ecologia política). In: Marx, o intempestivo. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.431-495.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. „Reforma social ou revolução?“ In: LOUREIRO, Isabel (org.). Textos escolhidos, vol. I, São Paulo: UNESP, 2011, , p.1-88.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. _____. “A mercadoria“. In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

_____. “A assim chamada acumulação primitiva“ e “A moderna teoria da colonização“. In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-844.

_____. „O rendimento e suas fontes“. In: O Capital, Livro III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 877-895.

_____. Crítica ao programa de Gotha. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

____. Salário, preço e lucro. In: Obras escolhidas de Marx e Engels. Moscou: Ediciones en Lenguas extranjeras, _____ 1953. (disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm> e também em [Economic Manuscripts: Value, Price and Profit, Karl Marx 1865 \(marxists.org\)](#))

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A luta de classes na Rússia. Trad. Nélcio Schneider. São. Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcelo. O velho Marx. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 15-58.

H-05 - PROJETO COLETIVO DIREITO DO TRABALHO E CRÍTICA: DIMENSÕES MATERIAIS E PROCESSUAIS

Referências temáticas

- 1) Relações de trabalho, relação de emprego e a expansão da precariedade
- 2) A subordinação jurídica em disputa
- 3) Terceirização, modelos de desconcentração produtiva e (ir)responsabilidade trabalhista
- 4) Novas tecnologias e as transformações do poder empregatício
- 5) Reformas trabalhistas, neoliberalismo e austeridade
- 6) Trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado
- 7) Trabalho escravo contemporâneo: desenhos conceituais e desafios
- 8) A liberdade sindical em um mundo antissindical
- 9) A negociação coletiva e greve em seus fundamentos e novas fronteiras
- 10) Desafios contemporâneos para o Direito Internacional do Trabalho
- 11) Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos do trabalho e seu processo.

Referências bibliográficas

ACCIARI, Louisa, PINTO, Tatiane. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. *Estudos Avançados*, 34(98), 2020, p. 73-90.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de, LIRA, Fernanda Barreto. O diálogo do direito do trabalho com a teoria organizacional: a crítica do trabalho subordinado na crítica filosófica da modernidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 76, p. 213-228, 2020.

ARESE, César. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. Genebra: Documento de Trabajo de La Oit 10, 2020. (caps. 1 e 2 – pgs. 4 a 38)

ARTUR, Karen, GRILLO, Sayonara. Terceirização e arenas de reconfiguração do Direito do Trabalho no Brasil. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, p. 1184-1213, 2020.

BARRETTO GHIONE, Hugo. La determinación de la relación de trabajo en la recomendación 198 y el fin del discurso único de la subordinación jurídica. *Revista Direito UNIFACS*, núm. 129, 2011.

BARBATO, Maria Rosaria, VIANA, Marcio Túlio. Casas, ruas e vírus: possíveis tendências do Direito do Trabalho na era pós pandemia. *Revista de Direito Brasileira*, v. 26, n. 10, p. 311-324, ago. 2020.

BATISTA, Flávio Roberto. A proteção contra atos antissindiciais à luz da liberdade sindical: introdução a

uma contextualização político-jurídica. Revista da Faculdade de Direito da USP, v.109, p. 441, 2014.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Retrocesso social em tempos de crise ou haverá esperança para o Direito do Trabalho? Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 83, p. 17-58, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. A OIT e sua missão de justiça social. Pensamento Jurídico, v. 13, p. 424-448, 2019.

DUTRA, Renata Queiroz, MACHADO, Sidnei (org.). O Supremo e a Reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. Revista Crítica de Ciências Sociais, 95, 2011, p. 119-136.

FUDGE, Judy. The future of the standard employment relationship: Labour law, new institutional economics and old power resource theory. Journal of Industrial Relations. 2017;59(3):374-392.

GRILLO, Sayonara Coutinho Leonardo da Silva; GABRICH, Daniele; LIMA, Henrique. Greve e direito: estudo de casos judiciais envolvendo movimentos coletivos de trabalho contra as reformas institucionais de austeridade. Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, v. 5, p. 220-254, 2019.

MACHADO, Sidnei. Negociação coletiva no Brasil: entre desarticulação e reinstitucionalização. Teoria Jurídica Contemporânea, 6, 2021.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. O trabalho escravo na perspectiva do Tribunal Superior do Trabalho. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 77, p.125-144, 2020.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, p. 512-536, 2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio, CARELLI, Rodrigo de Lacerda, GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. Revista Direito e Práxis, dez. 2020, v. 11, n. 4, p. 2609-2634.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Uberização do trabalho, subordinação jurídica e dependência econômica. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, v. 93, n. 1, p. 152-175, abr. 2021.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e Predição: Notas sobre Uso dos Algoritmos e o Poder Judiciário. In: RDUndo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UnoChapecó. Volume 3. Edição 4. Páginas 33-50.

SEFERIAN, Gustavo. Sobre o uso da miséria historiográfica e a relevância da investigação histórica na aplicação do Direito do Trabalho. Revista da Faculdade de Direito da UFG, n. 43, 2019.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, SEVERO, Valdete Souto. Manual da Reforma Trabalhista. São Paulo: Sensus Editora, 2017.

SUPIOT, Alain. El mandato de la OIT al cumplirse su centenario. Revista Internacional del Trabajo, ISSN 0378-5548, v. 139, n. 1, 2020, p. 125-145.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.

H-06 - PROJETO COLETIVO FILOSOFIA DO PODER E PENSAMENTO RADICAL

Referências temáticas

- 1) Biopolítica e necropolítica
- 2) Estado de exceção e desobediência
- 3) Teologia política e violência fundadora e mantenedora do direito
- 4) Democracia radical: multidão, comum e potências desinstituintes
- 5) Uma questão de método: arqueologia e genealogia
- 6) Autoria, impessoalidade e dessubjetivação
- 7) Governamentalidade e subjetivação (neo)liberal
- 8) Decolonialismos: crítica à Modernidade, ao universalismo e à Razão
- 9) Habitus e cumplicidade estrutural dos agentes do direito: da educação jurídica ao Poder Judiciário
- 10) Crítica queer e produção de sujeitos dissidentes.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. (Cap. 1: O estado de exceção como paradigma de governo, pp. 9-50).

AGAMBEN, Giorgio. Signatura rerum: sobre o método. Trad. Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019. (Cap. 3: Arqueologia filosófica, pp. 115-160).

ALVES, Marco Antônio Sousa. Neoliberalismo e necropolítica: gestão da vida e produção da morte na atualidade. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). Michel Foucault: a política neoliberal como guerra continuada. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024, pp. 197-217.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Politização da vida e guerra social: a biopolítica em Michel Foucault. In: ALVES, M. A. S. et al. (orgs.). Vidamorte: biopolíticas em perspectiva. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, pp. 19-42. Disponível em: <https://linktr.ee/coloquiobiopolitica>.

ALVES, Marco Antônio Sousa. A autoria em questão a partir de Foucault: autor, discurso, sujeito e poder. Matraca (Rio de Janeiro), v. 22, 2015, pp. 79-97.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência (1921). In: Escritos sobre mito e linguagem. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: 34, 2011, pp. 121-156.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 (Cap. 1: Sujeitos do sexo/gênero/desejo, pp. 17-70).

COLLADO, Francis García; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Para além da biopolítica. São Paulo: sobinfluencia, 2021 (Prólogo e caps. 1, 2, 6, 7 e 8 – pp. 10-63 e 136-177).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS; H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249 (Texto disponível também na Coleção Ditos e Escritos).

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales. In: CASTRO- GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, 2007, pp. 63-91.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Parte 2: Multidão, pp. 137-290).

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. A an-arquia que vem: fragmentos de um dicionário de política radical. São Paulo: sobinfluencia, 2022.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. Revista Direito e Práxis, vol. 7, nº 4, Rio de Janeiro: UERJ, pp. 43-95, out/dez. 2016. Disponível em: <https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares>.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/41549889/Filosofia_radical_e_utopias_da_inapropriabilidade_uma_aposta_an_%C3%A1rquica_na_multid%C3%A3o_LIVRO_COMPLETO_](https://www.academia.edu/41549889/Filosofia_radical_e_utopias_da_inapropriabilidade_uma_aposta_an%C3%A1rquica_na_multid%C3%A3o_LIVRO_COMPLETO_).

RAMOS, Marcelo Maciel; CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. Revista Direito GV, v. 15, n. 2, 2019, e1918. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201918>.

RAMOS, Marcelo Maciel. Poderá o Direito ser inclusivo? O sujeito de Direito e a Produção Sistemática de Sujeitos Marginais. Rev. Fac. Direito UFMG. Belo Horizonte, n. 78, pp. 179-208, jan./jun. 2021.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias Feministas e Teorias Queer do Direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. Revista Direito e Práxis, 12(03), Jul-Sep 2021. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50776>

H-07 - PROJETO COLETIVO FILOSOFIA DO DIREITO PRIVADO

Referências temáticas

- 1) Peter Benson
- 2) Jules Coleman
- 3) Charles Fried
- 4) James Gordley
- 5) Arthur Ripstein
- 6) Ernest Weinrib

Referências bibliográficas

BENSON, Peter (2019). *Justice in Transactions: A Theory of Contract Law* Cambridge, MA: Belknap (recomenda-se ao menos a leitura da introdução)

COLEMAN, Jules L. (2001). *The Practice of Principle: In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory*. Nova York: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 2 e 3)

FRIED, Charles (2015). *Contract as Promise: A Theory of Contractual Obligation*. 2ed. Nova York: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 1 e 2).

GORDLEY, James (2001). *Contract Law in the Aristotelian Tradition*. In: BENSON, Peter (org.). *The Theory of Contract Law: New Essays*. Cambridge: Cambridge University, pp. 265-334.

RIPSTEIN, Arthur (2009). *Force and Freedom: Kant's Legal and Political Philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 3, 4 e 5).

WEINRIB, Ernest J. (2012). *The Idea of Private Law*. ed. rev. Oxford: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura do prefácio à edição de 2012 e do capítulo 1).

H-08 - PROJETO COLETIVO DIREITO CIVIL E PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO: PESSOA, AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE

Referências temáticas

- 1) Início e fim da personalidade jurídica.
- 2) As repercussões do fim da personalidade jurídica no ambiente virtual.
- 3) Privacidade, imagem e proteção de dados no contexto das novas tecnologias.
- 4) Metodologia de direito comparado e Direito Civil.
- 5) Direito Civil e o fenômeno negocial: autonomia e proteção da confiança.
- 6) Vulnerabilidade de crianças e adolescentes no ambiente digital.
- 7) Vulnerabilidade e pessoas com deficiência: entre autonomia e proteção.
- 8) Responsabilidade Civil e novos tipos de danos: (des)necessidade de categorias autônomas.
- 9) Autonomia e aspectos bioéticos do planejamento familiar.
- 10) Autonomia do testador e o fenômeno sucessório.

Referências bibliográficas

BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de dados pessoais. A função e os limites do consentimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 45-109.

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD. *General comment No. 25 (2021) on children's rights in relation to the digital environment*. Geneva, 2021.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. Nos 40 anos do Código Civil português. Tutela da personalidade e dano existencial. *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, n. 82, jan./abr. 2017. p. 175-196.

LARA, Mariana Alves. *Capacidade civil e deficiência: entre autonomia e proteção*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 21-166.

LIVINGSTONE, S.; CANTWELL, N.; ÖZKUL, D; SHEKHAWAT, G.; KIDRON, B. *The best interests of the child in the digital environment*. Digital Futures for Children centre, LSE and 5Rights Foundation, 2024.

LIVINGSTONE, S.; STOILOVA, M. The 4Cs: Classifying Online Risk to Children. (CO:RE Short Report Series on Key Topics). Hamburg: Leibniz-Institut für Medienforschung | Hans-Bredow-Institut (HBI); CO:RE - Children Online: Research and Evidence, 2021.

LUNA, Florencia. La Declaración de la Unesco y la vulnerabilidad: la importancia de la metáfora de las

capas. In: CASADO, María (coord.). *Sobre la dignidad y los principios: análisis de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos UNESCO*. Madrid: Civitas, 2009. p. 255-266.

MICHAELS, Ralph. The Functional Method of Comparative Law. In: *The Oxford Handbook of Comparative Law*. Edited by Mathias Reimann and Reinhard Zimmermann. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 339-382.

NOTINI, Lauren; GYNGELL, Christopher; SAVULESCU, Julian. Drawing the line on in vitro gametogenesis. *Bioethics*, v. 34(1), 2020. p. 123-134.

ÖHMAN, C.; FLORIDI, L. The political economy of death in the age of information: A critical approach to the digital afterlife industry. *Minds and Machines: Journal for Artificial Intelligence, Philosophy and Cognitive Science*, 27(4), 639–662, 2017.

PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. A situação jurídica do ente por nascer: uma análise crítica em busca de coerência normativa. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, abr./jun., 2020. p. 17-42.

PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. O momento declarativo da morte e as repercussões jurídicas de sua identificação com a morte encefálica. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 30, out./dez. 2021. p. 93-115.

PEREIRA, Fabio Queiroz. *O ressarcimento do dano pré-Contratual: interesse negativo e interesse positivo*. São Paulo: Almedina, 2017. p. 95-226.

PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). *A teoria das incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência*. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

REITZ, John C. How to Do Comparative Law. *The American Journal of Comparative Law*, Michigan, vol. 46, 1998. p. 617-636.

SCHMIDT, Jan Peter. Forced Heirship and Family Provision in Latin America. *The Max Planck Private Law Research Paper Series*, n. 19/18, 2019. p. 1-57.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of na information civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, 2015. p. 75-89.

VILLELA, João Baptista. *Liberdade e Família*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1980.

H-09 - PROJETO COLETIVO DIREITO E NOVAS TECNOCIÊNCIAS: INFORMAÇÃO, NEUROCIÊNCIAS E BIOTECNOLOGIAS

Referências temáticas

- 1) Algoritmo e poder: vieses, governança e justiça no uso de dados
- 2) Cultura da vigilância e sociedade da exposição
- 3) Plataformização e desinformação
- 4) Capitalismo de vigilância e economia da atenção
- 5) Datificação e colonialismo de dados
- 6) Animais: natureza jurídica e tutela
- 7) Renúncia a direitos da personalidade
- 8) Os vários conceitos de dignidade da pessoa humana
- 9) Venda de gameta e órgãos
- 10). Pessoa e doping
- 11) Desafios da inteligência artificial
- 12) Neurodireito
- 13) Neuroética
- 14) Neuropolítica
- 15) Livre-arbítrio

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. Cidade inteligente e governamentalidade algorítmica: liberdade e controle na era da informação. *Philosophos*, v. 23, n. 2, Goiânia, p. 191-232, 2018.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, E. R. H. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, v. 1, p. 144-171, 2020.

BENTES, A. Da Madison Avenue ao Vale do Silício: ciências comportamentais do engajamento, tecnologias de influência e economia da atenção. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. (cap. 2: A indústria da influência digital: elos entre o capitalismo de vigilância e a economia da atenção, p. 67-119).

CARDOSO, Renato César. Neurolaw and the Neuroscience of Free Will: an Overview. *Scio. Revista de Filosofia*, v. 1, p. 55-81, 2021.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022. (cap. 2:

O “mal-estar” na plataformização, p. 86-142).

COULDRY, N.; MEJIAS, U. The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford University Press, 2019. (Preface: colonized by data, p. ix-xxiii; cap. 1: The capitalization of life without limit, p. 3-35).

DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M.. The platform society: public values in a connective world. Oxford University Press, 2018. (cap. 2: Platform mechanisms, p. 31-48; cap. 7: Governing a responsible platform society, p. 137-166).

FLORIDI, Luciano. The Ethics of Information. Oxford: Oxford University Press, 2013. (Cap. 11: The informational nature of selves, p. 210-227).

GREENE Joshua & COHEN, Jonathan. For the law, neuroscience changes nothing and everything. Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences, 359(1451), p. 1775–1785, 2004.

HARCOURT, Bernard. Exposed: desire and disobedience in the digital age. Harvard University Press, 2015. (The Expository Society, p. 1-28; cap. 1: George Orwell’s Big Brother, p. 31-53).

LYON, David. Surveillance Culture: engagement, exposure, and ethics in digital modernity. International Journal of Communication, vol. 11, p. 824-842, 2017.

OLIVEIRA, Lucas Costa de. Gametas como mercadorias: a superação dos desafios ético-jurídicos da comodificação de gametas humanos. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.

OLIVEIRA, Lucas Costa de. Mercado regulado de órgãos e tecidos humanos: entre o Direito, a Economia e a Ética. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

ROVANE, Carol. Genetics and Personal Identity. In: BURLEY, Justine & HARRIS, John. A Companion to Genetics. Oxford: Blackwell, 2004, p. 245-252.

SAPOLSKY, Robert M. Determined: a science of life without free will. New York: Penguin Press, 2023. (capítulos 1-4).

SHEN, Francis X. The Law and Neuroscience Bibliography: Navigating the Emerging Field of Neurolaw. International Journal of Legal Information, 38, p. 352-399, 2010. SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2077934>

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 121-137.

STANCIOLI, Brunello & PIETRZKOWSKI, Thomas. *New Approaches to the Personhood in Law*. Frankfurt: Peter Lang, 2016. (p. 7-34; p. 127-146).

STANCIOLI, Brunello. *Corpo, Informação e tecnociências: A manipulação da plataforma empírica dos direitos fundamentais*. In: DOMINGUES, Ivan (Org.). *Biotechnologias e regulações: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 309-322.

STANCIOLI, Brunello; NASSER CURY, Carolina Maria. *Para além das Espécies. O Status Jurídico dos Animais*. 3ª ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2024.

STANCIOLI, Brunello. *Renúncia aos Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se torna o que quiser*. 3ª ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.

TÖRNBJÖRN, Tännjö. *Medical Enhancement and the Ethos of Elite Sports*. In: SAVULESCU, Julian; BOSTROM, Mick. *Human Enhancements*. Oxford: OUP, 2009.

VERPLAETSE, Jan; SCHRIJVER, Jelle; VANNESTE, Sven; BRAECKMAN, Johan (eds.). *The Moral Brain: Essays on the Evolutionary and Neuroscientific Aspects of Morality*. Dordrecht: Springer, 2009. (Introduction, p. 1-43).

WIMMER, Miriam & DONEDA, Danilo. *Falhas de IA e a Intervenção Humana em Decisões Automatizadas: Parâmetros para a Legitimação pela Humanização*. *Revista Direito Público*, vol. 18, n. 100, p. 374-406, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. *Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.

H-10 - PROJETO COLETIVO GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO

Referências temáticas

- 1) Saberes Subalternos, Colonialidade e a Crítica do Direito
- 2) Métodos Feministas para o Direito
- 3) O Gênero do Direito: as dimensões jurídicas do poder masculino
- 4) Críticas do Feminismo Negro ao Direito
- 5) Críticas Queer ao Direito e a Produção Jurídica da Sexualidade
- 6) Os Paradoxos da Inclusão Jurídica de Mulheres e Pessoas LGBTI+
- 7) Direito Cis, Vidas Trans: questões jurídicas de pessoas trans e travestis
- 8) Parentesco, Famílias e Maternidades em Disputa
- 9) Perspectivas Jurídicas e Socioeconômicas sobre a Divisão Sexual do Trabalho e sobre o Cuidado
- 10) Trabalho e Desigualdades Socioeconômicas para Mulheres e Pessoas LGBTI+

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. La consciência de la mestiza / rumbo a uma nova consciência. Revista Estudos Feministas, v. 13, n.3, Florianópolis Sept/Dec 2005.

BARTLETT, Katharine. Feminist Legal Methods. Harvard Law Review, Vol. 103, N. 04, pp. 829-888, 1990.

BRASIL. IPEA. Nota técnica n. 24. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira. Brasília, 2016.

BROWN, Wendy. Sofrendo de Direitos Como Paradoxos. Direito Público, [S.l.], v. 18, n. 97, abr. 2021.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cad. Pagu, Campinas, n. 21, 2003.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira; LIPOVETSKY, Nathalia. Teorias interseccionais brasileiras - precoces e inominadas. In: Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: Semprevia Organização Feminista, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity, politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, vol. 43, n.5, pp. 1241-1299, 1991.

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018. [Cap. 1 Teorizando e politizando o trabalho doméstico, p. 37-130].

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A Vontade de Saber. 2 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. [IV. O Dispositivo da Sexualidade; V. Direito de morte e poder sobre a vida, p. 88-149].

GARCÍA LÓPEZ, Daniel J. ¿Teoría Jurídica Queer? Materiales para una Lectura Queer del Derecho. AFD, XXXII, pp. 323-348, 2016.

GOMES, Juliana Cesario Alvim, FABRIS, Ligia. Paradoxos do Direito à Igualdade: Discriminação, Diferença e Identidade sob uma Perspectiva Crítica. Revista de Direito Público. v. 18, n. 92, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. cadernos pagu (5) 1995: pp. 07-41.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista – conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARRIS, Angela P. Raça e essencialismo na Teoria Feminista do Direito. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 2, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. In: Estudos Feministas, v. 1, ano 2, p. 93-100, 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira, SORJ Bila, BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena. Mercado de trabalho e gênero. Comparações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp. 263-278.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer. Uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.73-102.

MACKINNON, Catharine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para. Teoria. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 798-837, 2016.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, p. 512-536, 2020.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias Feministas e Teoria Queer do Direito: Gênero e Sexualidade como categorias Úteis para Crítica Jurídica. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Ahead of print, 2020.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Giro espacial, decolonial, feminista e antirracista do direito. In: 1988-2018: O que Constituímos? Homenagem a Menelick de Carvalho Netto nos 30 anos da Constituição de 1988. Belo Horizonte: Conhecimento, 2019.

RUBIN, Gayle. Políticas do Sexo. Pensando o sexo. Trad. Jamille Pinheiro Dias. UBU, 2017. [Cap. 2. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade, p. 63-128].

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. E-cadernos CES, n.18, São Paulo, 2015, p. 106-131.

SMART, Carol. A Mulher do Discurso Jurídico. Trad. Alessandra Harden e Fernanda Garcia. Rev. Direito & Praxis, Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 02, 2020, p. 1418-1439.

SPADE, Dean. Normal Life. Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law. Durham/London: Duke University Press, 2015. [Cap. 1 Trans law and politics on a neoliberal landscape; Cap. 2 What's wrong with rights?; Cap. 3. Rethinking transphobia and power – beyond rights framework, p. 21-72].

**LINHA DE PESQUISA 4
ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA**

E-01 - PROJETO COLETIVO TEORIA DA JUSTIÇA

Referências temáticas

- 1) Direito e valor.
- 2) Direito e coerção.
- 3) Direito e liberdade.
- 4) Direitos fundamentais.
- 5) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade: a reflexão grega e as instituições romanas.
- 6) Direito e tolerância.
- 7) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 8) Evolução ética do Estado de Direito.
- 9) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.
- 10) O desenvolvimento do Liberalismo no século XX: limites e impactos para a Teoria da Justiça.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. A filosofia contemporânea do direito: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FORST, Rainer. Contextos da Justiça. São Paulo: Boitempo, 2010.

GADAMER, Verdade e Método. Petrópolis: Vozes, 2015

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: Um breve manual de Filosofia Política. São Paulo: 2008.

MATA MACHADO, Edgar de Godoi da. Direito e Coerção. São Paulo: Unimarco, 1999

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de justiça em Kant: seu fundamento na Liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça em Hegel. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura. São Paulo, Loyola, 1988.

E-02 - PROJETO COLETIVO ESTUDOS EUROPEUS EM PERSPECTIVAS COMPARADAS: SUSTENTABILIDADE, INTEGRAÇÃO REGIONAL, POLITICIDADE E NOVAS DISRUPÇÕES TECNOLÓGICAS

Referências temáticas

- 1) História do Estado de Direito.
- 2) Direitos fundamentais: gênese lógica; gênese histórica.
- 3) Novas tecnologias e a regulação na era do cyberdireito.
- 4) Cultura política europeia, do pensamento grego à contemporaneidade.
- 5) Democracia como forma política e como valor filosófico.
- 6) Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: os círculos de sustentabilidade.
- 7) Desenvolvimento, politicidade e coesão social: a contribuição da União Europeia.
- 8) Teoria da integração regional: econômica, política, jurídica e cultural.
- 9) Política exterior da União Europeia e os acordos birregionais.
- 10) História da União Europeia

Referências bibliográficas

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Desenvolvimento Sustentável e Matriz Energética na América Latina; a universalização do acesso à energia limpa. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2016.

BROCHADO, Mariah. Inteligência Artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia: técnica, ética e direito na era cybernética. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2023.

BUSTAMENTE, Rogelio Perez. Historia de la Unión Europea (1914-2023). Madrid: Tirant Lo Blanch, 2024.

HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Alameda, 2011.

CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Constituição Econômica bloqueada: impasses e alternativas. Teresina: EDUFPI, 202

JAMES, Paul (et al.) Urban Sustainability in Theory and Practice: Circles of Sustainability. London: Routledge and Earthscan, 2015.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. (2022) The Mercosur and European Union relationship: an analysis on the incorporation of the Association Agreement in Mercosur. *Europe and the World: A law review*, 6 (1) pp. 1-19. 10.14324/111.444.ewlj.2022.01.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; GOIFMAN, Sarah; OLIVEIRA, Márcio Luís. La democracia como valor de la Unión Europea y el impacto de la iniciativa ciudadana europea. IN: *Los desafíos globales de la Unión Europea: transformación digital, participación ciudadana y relaciones con América Latina*. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2023.

MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em Transição; como um Continente se transformou em União*. Trad. Ramon a. Gerrits. São Paulo: É, 2017.

MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. *Manual de Derecho de la Comunidad Europea*. 4. ed. Dijusa, Madrid: Dijusa, 2002.

OBYDENKOVA, Anastassia V.; SCHMITTER, Philippe C. "Real Existing Democracies" and "Real Existing Autocracies": Their Relation to Regional Integration and Regional Cooperation". *Taiwan Journal of Democracy* 16(1): 1-25 (2020).

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras linhas de Direito Econômico*. São Paulo: LTr, 2017.

E-03 - PROJETO COLETIVO TEORIA DO DIREITO E FILOSOFIA DO DIREITO: PERSPECTIVAS CLÁSSICAS E DISRUPTIVAS

Referências temáticas

- 1) Normas jurídicas: conceito, estrutura, características essenciais; normas garantidoras de direitos fundamentais: regras, princípios, subsunção, ponderação e analogia.
- 2) Argumentação Jurídica. Discurso prático geral e discurso jurídico: características, distinção.
- 3) Conceito de direito e relação entre direito e moral: positivismo e não-positivismo jurídicos. Conceito de Direito em Kant, Alexy e Kelsen.
- 4) Filosofia da Tecnologia e Filosofia do Direito: fundamentos para a Ciência do Direito de uma era disruptiva.
- 5) Cyberdireito e demandas ético-regulatórias da Inteligência Artificial.
- 6) Ciência do Direito na era cybernética: substituição maquínica do humano no plano decisional.

Referências bibliográficas

ALEXY, Robert. Teoria Discursiva do Direito. 1a edição (ou edições posteriores) Tradução, organização e estudo introdutório: Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BROCHADO, Mariah. Inteligência artificial como mutação civilizacional: uma crítica inspirada na Ética de Lima Vaz. In: OLIVEIRA, Cláudia Maria Rocha de; MELO, Edvaldo Antônio de. O desafio de pensar o próprio tempo: Lima Vaz e a Filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/633pensarlimavaz>. Acesso: mai. 2023.

BROCHADO, Mariah. Ética e direito: pelas trilhas de Padre Vaz. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BROCHADO, Mariah. Filosofia do direito e formação humanística para concurso. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BROCHADO, Mariah. Inteligência artificial no horizonte da filosofia da tecnologia: técnica, ética e direito na era cybernética. Belo Horizonte: Dialética, 2023.

BROCHADO, Mariah. Prolegômenos a uma filosofia algorítmica futura que possa apresentar-se como base para um cyberdireito. In: Revista de Direito Público, vol. 18, n. 100, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5977>. Acesso: mai. 2023.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 1a edição alemã, 1934. Tradução e estudo introdutório: Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

KANT, Immanuel. A Metafísica dos Costumes. Tradução de José Lamago. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2017

TRAVESSONI GOMES TRIVISONNO, Alexandre. Elementos Fundamentais de uma Teoria da Discricionariedade no Direito. São Paulo: Marcial Pons, 2024.

VIAL, Sandra Regina Martini; BARRETO, Ricardo de Macedo Menna. Transdisciplinaridade, complexidade e pluralidade maquinímica: aportes para pensar o Ciberdireito. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2011v32n63p159>. Acesso: abr. 2023.

E-04 - PROJETO COLETIVO MACROFILOSOFIA DO ESTADO DE DIREITO: LIBERDADE, DIGNIDADE E DEMOCRACIA COMO FUNDAMENTOS DO DIREITO POLÍTICO

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

COSTA, Pietro. Civitas: Storia della cittadinanza in Europa. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.

COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). O Estado de Direito; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUQUE, Félix. Historia de la Filosofía Moderna; la era de la crítica. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.

HEGEL, G.W.F. Filosofia da História. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.

HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Alameda, 2011.

HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. História, Estado e Idealismo Alemão. Belo Horizonte, EdUFMG, 2017.

MATA MACHADO, Edgar de Godói da. Direito e Coerção. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.

MAYOS, Gonçal. Macrofilosofía de la Modernidad. Sevilla: dLibro, 2012.

REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça em Hegel. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant; seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). Hegel, Liberdade e Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Karine. A Filosofia da Dignidade Humana. 2 v. V. I: a contribuição do alto medievo. 1. ed. V. II: porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009-11.

SALGADO, Karine. A Paz Perpétua de Kant. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

E-05 - PROJETO COLETIVO HERMENÊUTICA JURÍDICA NAS MATRIZES FENOMENOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA: INTERAÇÃO ENTRE SABERES EM PROL DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS, ESPECIALMENTE DOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS

Referências temáticas

- 1) A teoria da interpretação de Emilio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica.
- 3) A Hermenêutica Jurídica e o meio ambiente.
- 4) Hermenêutica Jurídica e processo no âmbito dos poderes estatais.
- 5) A Hermenêutica Jurídica e a Bioética.
- 6) Hermenêutica Jurídica e linguagem.
- 7) Hermenêutica, Direito e Política.
- 8) A Hermenêutica Jurídica da afetividade: do texto à existência.
- 9) Hermenêutica Jurídica e poder no Estado Democrático de Direito.
- 10) A Hermenêutica da paz na busca de soluções judiciais e extrajudiciais inspiradas na justiça.

Referências bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. Essa estranha instituição chamada Literatura. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 97, n. 03, p. 71-104, jan./jun. 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A fenomenologia e a hermenêutica jurídica. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 91, n. 06, p. 145-169, jan./jun. 2005.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Direito, Hermenêutica e Literatura. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Direito, Política e Teatro. D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul./dez. 2009.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. O horizonte hermenêutico da paz: essencialidade nas relações de conflito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na ideia de justiça. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 98, n. 12, p. 337-360, jul./dez. 2008.

E-06 - PROJETO COLETIVO HISTÓRIA DA CULTURA JURÍDICA

Referências temáticas

- 1) Escrita da história do direito: fontes, alteridade do passado e desafios da linguagem jurídica.
- 2) Escrita da história do direito: história intelectual.
- 3) Escrita da história do direito: perspectivas transnacionais.
- 4) Direito penal e cultura jurídica na modernidade.
- 5) Experiência jurídica e política na Idade Média.
- 6) Limites ao poder político, soberania e direito no “Antigo Regime”.
- 7) Legalidade, Estado e cultura jurídica na modernidade.

Referências bibliográficas

DAL RI JÚNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo (orgs.). História do direito penal entre medievo e modernidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

DAL RI JÚNIOR, Arno; NUNES, Diego; SONTAG, Ricardo (orgs.). História do direito penal e política na modernidade jurídica (Brasil e Europa). Florianópolis: Habitus, 2020.

COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura. Comparative History, Cross-National History, Transnational History - Definitions. In: _____ (eds.). Comparison and History. Europe in Crossnational Perspective. London: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.
https://books.google.com.br/books?id=nmFeJXxQ9dsC&pg=PR5&hl=it&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

COSTA, Pietro. Soberania, representação e democracia: Ensaios de história do direito. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Pietro. Os “senhores da lei”. Lei, interpretação e liberdade no iluminismo jurídico. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 69, ago/dez 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1809>

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). O Estado de Direito. História, teoria, crítica. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUVE, Thomas. História do direito europeu – perspectivas globais. Revista da Faculdade de Direito UFPR, vol. 60, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43981>

FIORAVANTI, Maurizio (a cura di). Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto. Roma-Bari: Laterza, 2002. Tradução espanhola: FIORAVANTI, Maurizio (ed.). El Estado moderno en Europa. Madrid: Trotta, 2004. Tradução para o português do capítulo “Giustizia criminale”: SBRICCOLI, Mario. Justiça Criminal. Discursos Sediciosos, n. 17/18, 2011. p. 459-486.

FOLJANTY, Lena. Legal Transfers as Process of Cultural Translation: On the Consequences of a Metaphor. Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 2015-09. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682465

FONSECA, Ricardo M.; SEELAENDER, Airton L. C. L. (orgs.). História do direito em perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008.

GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GROSSI, Paolo. L'Europa del diritto. Roma-Bari: Laterza, 2007. Traduções: GROSSI, Paolo. Europa y el derecho. Traducción de L. Giuliani. Barcelona: Critica, 2007.; GROSSI, Paolo. A History of European Law. Translated by Laurence Hooper. Oxford: Blackwell, 2010.; GROSSI, Paolo. L'Europe du droit. Traduit par Sylvie Taussig. Paris: Seuil, 2011.

GROSSI, Paolo. O direito entre poder e ordenamento. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. 2ª ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

GROSSI, Paolo (a cura di). Storia sociale e dimensione giuridica. Milano: Giuffrè, 1986. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/022/index.htm> Tradução para o português do capítulo “Storia sociale e dimensione giuridica”: GROSSI, Paolo. História social e dimensão jurídica. In: GROSSI, Paolo. O direito entre poder e ordenamento. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. Tradução para o português do capítulo “Storia del diritto e storia della società”: SBRICCOLI, Mario. História do direito e história da sociedade – questões de método e problemas de pesquisa. Seqüência (Florianópolis), n. 82, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n82/2177-7055-seq-82-288.pdf>

LACCHÈ, Luigi. Sobre a Comparative Legal History e arredores. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS, vol. 14, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/100977>

HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel (org.). Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HESPANHA, António Manuel. Categorias. História dos conceitos, história das ideias, história dos dogmas jurídicos. Cadernos do Programa de Pós-Graduação Direito /UFRGS, vol.13, n. 1, 2018. p. 5-35 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/86983/49956>

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RIO, 2006. p. 97-118.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative Contexts in Legal History: Are We All Comparatists Now? Sequência (Florianópolis), n. 70, jan-jun 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000100057

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SBRICCOLI, Mario. A penalística civil: teorias e ideologias do direito penal na Itália unificada. Organização de Luigi Lacchè e Ricardo Sontag. Tradução de Ricardo Sontag. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2021.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na história das ideias. Tempo & Argumento, vol. 9, n. 20, jan/abr 2017. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180309202017358/6760>

SONTAG, Ricardo. The Italian Scuola Positiva in Brazil between the Nineteenth and Twentieth Centuries: The Problematic Issue of "Influence". Glossae. European Journal of Legal History, vol. 17, 2020. p. 487-516. Disponível em: <https://www.glossae.eu/wp-content/uploads/2020/11/16-Brazil-LV.pdf>

STOLLEIS, Michael. Escrever história do direito. Reconstrução, narrativa ou ficção? Tradução de Gustavo César Machado Cabral. São Paulo: Contracorrente, 2020.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: EdUnB, 2014.

Obs.: é muito desejável o conhecimento de textos clássicos/fontes de época sobre os pontos indicados.